



Número: 23

Horta, Quinta-Feira, 26 de Novembro de 1981

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

II Sessão Legislativa

Presidente: Deputado Alvaro Monjardino

Secretários: Deputados Altino de Melo e Fernando Dutra

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15.05 horas.

1. Período de Antes da Ordem do Dia:

Pelo Sr. Presidente foi referida a correspondência, tendo sido lidos requerimentos apresentados por alguns Srs. Deputados.

Para tratamento de assuntos de interesse relevante para a Região, fizeram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados José Ribeiro (PSD), Martins Goulart (PS), Fernando Faria (PSD), Pacheco de Almeida (PSD), Daniel de Sá (PS) e Fernando Monteiro (CDS).

Ainda neste período foi dado conhecimento ao Plenário da Assembleia da substituição referida pelo Grupo Parlamentar do PSD, no sentido do Sr. Deputado José Cabral ser substituído no exercício das suas funções pelo Sr. Deputado José António Rodrigues de Melo. Como, entretanto a Comissão de Organização e Legislação dera parecer favorável à pretensão, que não foi contestada, o Sr. Presidente convidou o Sr. Deputado José António Rodrigues de Melo a tomar lugar na bancada do PSD.

2. Período da Ordem do Dia:

Neste período a Assembleia debateu e aprovou os seguintes diplomas:

- **Proposta de Resolução do Governo Regional solicitando autorização para contrair um empréstimo até 2.500 .000 contos para financiamento das despesas do Plano em 1981.**

Feita a apresentação pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, Raúl Gomes dos Santos, interveio nos debates o Sr. Deputado Martins Goulart (PS).

A proposta foi aprovada por maioria, com 20 votos do PSD, 1 do CDS, a favor e 9 do PS contra.

Após a votação fizeram declarações de voto, os Srs. Deputados Fernando Monteiro (CDS) e Frederico Maciel (PSD).

- **Proposta do Plano a Médio Prazo 1981/84 (em continuação).**

Intervieram nos debates, a diverso título, o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Integração Europeia, Nunes Liberato, os Srs. Deputados Fernando Monteiro (CDS), Conceição Bettencourt (PS), o Sr. Secretário Regional das Finanças, Raúl Gomes dos Santos, Roberto Amaral (PS), o Sr. Secretário Regional da Administração Pública, Melo Alves, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, Reis Leite, o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Costa Neves, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima, o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, Natalino Viveiros, o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, Madruga da Costa, o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, Bernardo Rodrigues, o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral, Manuel Melo (PSD), o Sr. Secretário Regional do Trabalho, Alvaro Dâmaso e José Manuel Bettencourt (PS).

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Vai proceder-se à chamada.

(Eram 15.05 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Emanuel Silva, Cinelândia Sousa, Alvaro Monjardino, Carlos Bettencourt, Carlos Teixeira, Duarte Mendes, Emanuel Carreiro, Fernando Dutra, Fernando Faria, Frederico Maciel, João Soares, João de Brito, José Altino de Melo, Fátima Oliveira, José Freitas Silva, José Rodrigues, Joaquim Ponte, Jorge Cruz, Manuel Melo, Mário Silveira, Pacheco de Almeida; **PS** - Conceição Bettencourt, Carlos Mendonça, Daniel de Sá, Dionísio de Sousa, Emilio Porto, José Manuel Bettencourt, Jesufno Facha, Martins Goulart, Roberto Amaral; **CDS** - Fernando Monteiro).

Presidente: Estão presentes 32 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Período de Antes da Ordem do Dia.

Correspondência:

- A Sociedade "Amor da Pátria" convida, para um baile no seu Clube, o Presidente da Assembleia e sua mulher.

E é quanto há quanto a correspondência.

Requerimentos:

- Três requerimentos, 1 do Partido Socialista e 2 do Centro Democrático Social.

Do Partido Socialista:

(Foi lido)

Este requerimento será transmitido ao Governo Regional.

Do Sr. Deputado Fernando Monteiro:

(Foi lido)

Será igualmente remetido ao Governo Regional.

Do mesmo Sr. Deputado:

(Foi lido)

Será também transmitido ao Governo Regional.

Não há outras alíneas do artigo 80º a que tenhamos que dar cumprimento, de maneira que vamos passar ao tratamento de assuntos de interesse relevante para a Região, também no Período de Antes da Ordem do Dia.

Para o efeito dou a palavra ao Sr. Deputado José Ribeiro, que tem a tribuna à sua disposição.

Deputado José Ribeiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O próximo ano de 1982, que em breve vai despontar com algumas certezas e muitas esperanças, tem a nível da Ilha de S. Jorge e da história dos Açores, muito interesse que não pode nem deve ser esquecido. De entre as várias efemérides a comemorar no ano de 1982, duas têm um carácter muito especial para a Ilha de S. Jorge, porque ambas se ligam em profundidade com a cultura e o desenvolvimento social da ilha, assim como de toda a Região Autónoma dos Açores.

A primeira efeméride diz respeito ao centenário do falecimento, em 1 de Julho de 1882, do Dr. João Teixeira Soares de Sousa, que em vida

foi político, escritor e jornalista de muito mérito. Deputado às Cortes por S. Jorge e a Graciosa em 1864, autor de várias obras históricas, para além de ter idealizado e organizado com o Dr. Ernesto do Canto, o Arquivo dos Açores, cuja primeira edição para venda ao público, apareceu este ano nas melhores livrarias açorianas.

Mas como já se encontram previstas e programadas as comemorações alusivas a este acontecimento, através da Secretaria da Educação e Cultura, não vou pedir mais este ou aquele acto solene, mas apenas dizer que apoio e louvo tal iniciativa, porque ela se insere na divulgação e homenagem àqueles que ajudaram com o seu trabalho e inteligência, a tomar mais profundo o conhecimento destas nossas ilhas. Bem hajam por tal iniciativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A segunda efeméride também de grande interesse e relevância, para a Ilha de S. Jorge no ano de 1982, é de muitos desconhecida e sobre ela vou tecer algumas considerações, que poderão ajudar de algum modo os responsáveis directamente pelo assunto, assim como os ilustres membros desta Assembleia, a ficarem mais profundamente conhecedores do facto, que diz respeito especialmente à Ilha de S. Jorge, e de um modo geral a todos os açorianos.

Foi a 15 de Abril de 1543, que se fundou a Santa Casa da Misericórdia na Vila das Velas. A Misericórdia das Velas, como as restantes fundadas em terras de Portugal, tinha a nobre missão de socorrer e ajudar os muitos desprotegidos da sorte, curar os doentes e proteger os enfermos porque nesses recuados anos ainda não existiam nem hospitais, nem serviços de saúde organizados para servirem o povo de todos os quadrantes sociais.

Com a fundação nas Velas da Santa Casa da Misericórdia, estava lançada a primeira iniciativa para administrar a caridade, assim como a saúde na Ilha de S. Jorge, especialmente às pessoas de menores recursos económicos. Os fundos arrecadados para esse fim, eram diminutos, mas foram aumentando com o decorrer dos anos através de algumas dádivas e doações. Assim, foi-se tornando possível a criação de um hospital, inteiramente virado ao bem estar das populações, que se encontravam completamente desprovidas de médicos, remédios e hospitais.

A 24 de Junho de 1682, dia do apóstolo S. João, a nobre dama jorgense D. Beatriz de Melo, ao tempo já viúva e natural da Vila das Velas, legou todos os seus bens e vastas propriedades à Santa Casa da Misericórdia da sua Vila, com o fim daquela benemérita instituição de caridade, criar um hospital nas Velas, para socorrer na doença e no sofrimento todos os habitantes da Ilha de S. Jorge.

Depois desta grande e valiosa doação de alguns contos de reis, os responsáveis pelos destinos da Santa Casa da Misericórdia, resolveram dar início a um sonho acalentado durante muitos e muitos anos: a fundação de um hospital na Ilha de S. Jorge, o qual passou a ser uma realidade na Vila das Velas, a partir do dia **10 de Julho de 1682**, e desde quando a Santa Casa da Misericórdia, passou a ter uma nova dimensão no campo da saúde pública.

Por Decreto de 4 de Maio de 1834 e depois de muitos deligências, o Governo cedeu o convento de S. Francisco, situado na Vila das Velas, que passou definitivamente para a Santa Casa da Misericórdia, onde desde logo foram realizadas as obras julgadas necessárias, a se implantar o hospital, que ali tem vindo a funcionar até aos nossos dias, numa doação de amor e trabalho, a favor dos pobres e dos ricos que da saúde necessitaram, e têm sido muitos.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Muitos outros dados históricos, sobre a Santa Casa da Misericórdia das Velas, do seu hospital, médicos, cirurgiões, enfermeiros, irmãs de caridade, se poderiam trazer aqui, mas creio que isto chega para demonstrar o interesse histórico que merece aos jorgenses, a fundação do actual hospital, razão porque vou pedir hoje e aqui, para se comemorar com respeito e muito amor, a criação do hospital das Velas, não com a grandeza que o assunto a meu ver merece, mas pelo menos com a singeleza a que tem direito.

Assim, e tendo em vista o valor da saúde para os povos, e as condições em que se vivia em S. Jorge há três séculos atrás, solicito que o Governo comemore o terceiro centenário da fundação do hospital das Velas, com uma romagem ao túmulo de D. Beatriz de Melo, e o lançamento da primeira pedra para o Centro de Saúde na Calheta, o qual já se encontra programado e com verba própria a este empreendimento.

Aqui fica a sugestão desprovida de qualquer crítica, com a certeza de que ela será ouvida e meditada por quem de direito, e se tal acontecer como espero e anseia o povo jorgense, daqui a cem anos e no futuro, quando se voltar a falar de D. Beatriz de Melo, a fundadora do hospital das Velas, também se falará com respeito e admiração dos governantes, que presentemente têm em suas mãos os destinos da Região, e também foram capazes de criar mais um Centro de Saúde.

Disse.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira reunião desta sessão legislativa foi decisivamente marcada por um grave aconteci-

mento político - inexplicável em termos democráticos - que surpreendeu a opinião pública regional pelas motivações que lhe estão implícitas e pelas repercussões que ela certamente desencadeará.

Referimo-nos ao processo que conduziu à eleição da actual Mesa da Assembleia Regional dos Açores, claramente resultante de um comportamento político anti-democrático dos responsáveis do Partido que detem a maioria absoluta no nosso Parlamento que, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista merece o mais veemente repúdio e firme protesto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sujeitamo-nos às regras da democracia porque defendemos os princípios democráticos. Enquanto formos uma minoria nesta Câmara, saberemos acatar e respeitar o resultado de qualquer votação legítima; mas este compromisso democrático não nos inibe de criticar e repudiar os procedimentos que viciam o instrumento essencial do processo democrático e que se consubstancia na expressão consciente e livre de uma opção política através do voto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As contradições, o descontrole e a desorientação patenteadas uma vez mais pela bancada do PSD, porque confrontadas com a liberdade democrática da oposição parlamentar, não foram as causas únicas do lamentável desfecho que repudiamos.

De facto, outras razões mais fortes geraram a unicidade alcançada e transcendem em muito o âmbito desta Assembleia e da Região Autónoma dos Açores. Justificam-se, principalmente, em associação solidária à vertigem anti-democrática que assola e vulnerabiliza os espíritos conturbados que apostaram tardiamente na democracia e no respectivo suporte partidário, a geito de conjuntura, e com o objectivo predominante de reunir condições favoráveis para o exercício do poder.

Estes pseudo-democratas nunca saberão entender a democracia.

E hoje, em face do descalabro que os responsabiliza e perante as dificuldades que não controlam, não receiam manifestar abertamente atitudes descrionárias só possíveis e enquadráveis em regimes totalitários, como forma de garantir "in extremis" a ocupação do poder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A corrupção dos princípios democráticos, a desorientação da maioria regional, e a teimosia de uns poucos que insistem em persistir na defesa dos erros que vêm praticando no exercício do poder, desvirtuam a democracia e a autonomia regionais e fazem prenunciar um futuro sombrio, carregado de ameaças, para todo o Povo Açoriano.

A vida desta Assembleia não ficou facilitada

pelos acontecimentos ocorridos no dia 24 de Novembro de 1981.

A unicidade partidária imposta e consagrada pela ausência da razão e de convicções democráticas por parte da maioria parlamentar implica a existência de uma nova regra de gerir e de representar o Parlamento Açoriano. E a regra da intolerância e do desprezo que é tanto mais grave quando tem por objecto os representantes legítimos de quase um terço da população dos Açores. É uma regra que já estava implícita na forma de agir de alguns responsáveis do quadro institucional da autonomia regional e que agora se explicitou. É uma regra que deriva da impotência e da ambição de quem ainda tem ao seu dispor, em todos os actos decisórios, os meios de prever e determinar o efeito e as consequências dos actos que pratica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ficou indubitavelmente consolidado institucionalmente o princípio da unicidade na representação dos órgãos de Governo próprio da Região. Através da afirmação deste princípio transmite-se todo o Povo dos Açores que a actual maioria regional já não tolera as regras da democracia representativa nesta Casa e o direito inalienável que assiste às minorias de serem respeitadas e de exprimirem livremente as suas opções sem ficarem condenadas ao oblivio.

Chegou-se, infelizmente, ao vértice da pirâmide de um poder absoluto, sob a máscara da democracia.

Seremos governados nesta Sala e nesta Região por quem não quer tolerar a presença da oposição democrática, o que nos faz lembrar palavras que quisemos esquecer, proferidas por alguém que por pouco tempo foi deputado e durante bastante tempo foi membro do Governo Regional dos Açores.

Contra uma situação que suporta um Governo desacreditado desde os órgãos do poder local, às associações de trabalhadores, ao sector privado e ao cidadão anónimo, resta às forças democráticas da oposição o dever cívico e político de resistir. Porque quando a democracia fica ameaçada é dever principal de todos os democratas organizar a resistência pela defesa dos princípios democráticos, dos direitos humanos e da liberdade.

Disse.

(Palmas da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Faria pede a palavra para?

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente é, inevitavelmente, para um protesto ao abrigo do artigo 87º do Regimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Faria (PSD): A intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart, ouvida da forma em que foi proferida, poderia levar-nos a pensar

que estávamos não num Parlamento com 3 Partidos aqui representados, existindo, falando, e usando dos seus direitos com toda a liberdade, mas sim, num "bunker" em que uns estavam a metralhar os outros.

Falou várias vezes em resistir e em resistência. Porém, não se trata absolutamente de nada disso.

O Sr. Deputado e os seus camaradas do Partido Socialista, sabem perfeitamente que a democracia pratica-se no dia a dia, e mais do que princípios teóricos ou expressões que possam induzir as pessoas em vícios de interpretação da realidade dos factos, importa que a verdade seja esclarecida.

E para que esta verdade seja esclarecida, importa também que recuemos no tempo, e que partamos, nessa nossa caminhada, desde 1976, que é a altura em que começaram a existir os órgãos de Governo próprio da Região, ou seja, o Governo Regional e a Assembleia Regional.

Desde essa altura e durante 3 anos ficou assente, constituindo até uma cláusula regimental, que agora, não existe uma vez que o Regimento foi alterado, que, dada a proporcionalidade dos deputados da bancada do PSD e da bancada do Partido Socialista, cada um destes Partidos teria direito a eleger para a Mesa: o Partido Social Democrata, um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário e o Partido Socialista, um Vice-Presidente e um Secretário.

Até 79 conseguiu-se elaborar listas de consenso, foi sempre apresentada uma única lista, e embora o voto seja secreto e uma coisa do foro íntimo de cada um, as listas concertadas mereceram, até essa data, uma expressão de votação mais ou menos idêntica.

Em 79, por surpresa nossa, e até porque, continuávamos confiantes de que os consensos estabelecidos previamente, antes de virmos para esta Sala, seriam respeitados, aconteceu isto:

O Partido Socialista exigiu pela primeira vez que à frente da pessoa proposta para Presidente e idem para os outros, fossem colocados 3 quadrinhos encimados por um S, por um N e por um A. O S significaria o sim, o N, não, o A, abstenção.

Embora estranhássemos a exigência do Partido Socialista, devo dizer que pessoalmente nunca supus porque é que esta exigência aparecia.

Veio-se para o acto eleitoral e verificou-se isto que se pode confirmar pelos Diários das Sessões:

Tinha havido um consenso, portanto existia um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário propostos por nós e, nessa mesma lista, um Vice-Presidente e um Secretário propostos pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista; e enquanto que nós, respeitando o compromisso assumido,

notamos não só nos nossos candidatos, mas também nos candidatos integrantes dessa lista e pertencentes ao Partido Socialista, o Partido Socialista não votou nos nossos candidatos, estava explicado, à posteriori evidentemente, e nós, à falta de outra expressão, tínhamos sido enganados num consenso que julgávamos que seria respeitado, como tinha sido até então.

A partir daí, pois, as coisas se alteraram. Em 80 cada um votou nos seus, em 81, o mesmo processo foi exigido, e embora a lista tenha sido conseguida por consenso, já se sabia o que se iria passar, eu, os Deputados deste Grupo Parlamentar, bem como os próprios Deputados do Partido Socialista, até porque propuseram a hipótese de apresentar eles próprios uma lista só com Deputados seus, embora sabendo que ela iria perder.

Portanto o que aconteceu, foi que em 81, portanto há 2 dias, nós procedemos da forma que devíamos ter procedido em 79 e que não o fizemos, porque tínhamos acreditado num compromisso que o Partido Socialista desrespeitou.

Vir agora dizer que a democracia está em causa, e que isto é um grave acontecimento político, que se caminha para a unicidade, pois, poderá ser uma boa tirada, e eu respeito as afirmações que o Sr. Deputado Martins Goulart aqui fez, mas o que ele não disse, penso que ilustra bem um procedimento que foi iniciado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e não por nós.

E não nos vão exigir que, depois daquilo que fizeram em 79, nós continuemos aqui, à partida, com listas conjuntas, para que sendo o voto secreto, aconteça isto: nós votamos nos vossos candidatos e vocês - desculpem a expressão - o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não vota em nós. Isto não pode ser.

Portanto, a explicação impõe-se, não há aqui nada da nossa parte no sentido de querer assumir o poder, não temos a vertigem do poder, longe disso, e que fiquem descansados os Deputados da oposição, incluindo o Sr. Deputado do CDS.

Nós não temos a vertigem do poder, nós estamos aqui maioritariamente com 30 deputados, foi essa a vontade popular. Quando, num futuro que espero que seja longínquo, esta posição se inverte, pois, nós estaremos aqui em oposição sem nenhum melindre, a trabalhar honestamente e sem jogadas, porque o que se passou em 79 foi uma jogada.

Não sei se visava pessoas em particular, não me interessa, o certo é que neste caso concreto, nós não poderíamos admitir que, através duma votação que até por acaso foi diferente das duas últimas, se procurasse dividir o nosso Grupo Parlamentar por esse facto. Foi essa a razão de não podermos pactuar com a vossa posição.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista terá as suas razões, nós temos as nossas, espero que elas tenham sido percebidas, mas longe de nós, e penso que tal ideia fica afastada, estarmos à procura da unicidade, do totalitarismo, para o qual alguém televisivamente dizia no outro dia que se caminhava a passos largos nos Açores, e esse alguém também dizia que até o conhecia bem, pois, eu felizmente não o conheço e penso que a nossa bancada não quer conhecer, porque não é essa, repito, a nossa intenção, nunca foi, nem nunca o será!

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra para um contraprotesto. Tem a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma vez que é necessário recordar alguns factos históricos, estamos perfeitamente à vontade para dar a nossa versão dos acontecimentos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista sempre respeitou as normas regimentais que regularam o funcionamento desta Câmara.

O Regimento que já não está em vigor dispunha de forma clara o direito de o Partido Socialista ver eleitos um seu Vice-Presidente e um seu Secretário. Esse direito uma vez consagrado obrigava naturalmente, à maioria, votar favoravelmente nos seus candidatos e nos candidatos do Partido Socialista, senão inviabilizaria sempre a eleição dos candidatos do PS.

Nunca foi formalmente encontrado um consenso sobre qual fosse a lista, a não ser num caso, que não sei se estou a situar bem, mas que suponho que foi no ano de 1978 em que foi eleito o agora membro do Governo que na altura assumiu funções de Presidente da Assembleia Regional dos Açores.

Nesse caso e só nesse é que se estabeleceu um consenso e um compromisso expresso do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de apoiar a candidatura desse candidato a Presidente da Assembleia Regional dos Açores e o voto foi cumprido.

Nos outros casos ninguém pediu para votar a favor, ninguém nos pediu para votar contra, os votos surgiam sem qualquer compromisso prévio.

O facto de participarmos na mesma lista e de haver uma só lista decorria simplesmente do facto de o Regimento não permitir outra possibilidade, a não ser que o Partido Socialista tivesse a ousadia de constituir uma lista em que consagrasse dois lugares para si, e depois andasse a pescar dentro da maioria a possibilidade de ter um candidato seu na maioria para Presidente, para Vice-Presidente e para um dos cargos de Secretário.

Portanto, como materialmente era impossível, todas as listas que foram apresentadas, na vigência do Regimento que foi este ano alterado,

obrigavam a apresentação de uma lista única, numa votação uninominal em que todos tinham a liberdade de votar como quisessem consoante as razões políticas que justificassem uma posição favorável, contra ou de abstenção.

É evidente que não vou relatar o resultado de qualquer votação, simplesmente que fique bem claro que o Partido Socialista nunca faltou a qualquer compromisso sobre listas que não foram feitas com base em nenhum compromisso, exceptuando uma que foi a de 1978 e que permitiu a eleição do Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Alberto Romão Madruga da Costa. Neste caso houve entendimento entre os Grupos Parlamentares.

Porque não houve nunca uma situação de consenso e porque cada qual apresentava os seus candidatos que formavam no seu somatório, uma lista, e porque cada Partido tinha direitos próprios, apesar da eleição que se realizaria à posteriori, era natural que a maioria teria responsabilidades especiais se quisesse manter regimentalmente este mecanismo. Como nunca o alterou, naturalmente que para viabilizar as eleições dos cargos dos membros do Partido Socialista teria que votar favoravelmente neles.

Mas este ano não votou, este ano absteve-se e parece estranho que só agora tenha descoberto que a disposição regimental que é exactamente a mesma de há cinco anos a esta parte, excepto na garantia que anteriormente era dada ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista de ter um Vice-Presidente e um Secretário só esta parte é que se modificou, por suprimir um só artigo, o mecanismo de eleição e a forma de eleição é exacto a mesma de todas as eleições anteriores.

Mesmo assim este ano o Grupo Parlamentar do PSD manifestou o desejo de que na lista a apresentar, depois de umas tentativas de aproximação para resolver questões regimentais aparentemente contraditórias, deveriam-se integrar membros do Partido Socialista sabendo perfeitamente que os deputados do PS não estariam vinculados a qualquer compromisso, poderiam votar favoravelmente ou desfavoravelmente e ninguém pode demonstrar como é que os deputados do PS votaram, porque o voto foi secreto.

Pode-se conjecturar, pode-se especular, pode-se fazer contabilidade, mas correndo o risco que qualquer força unitária corre nesta Casa, e poderiam ser tomadas precauções legítimas se quisessem.

O que não faz sentido é que tenham inviabilizado a eleição dos membros que aceitaram para participar na lista que maioritariamente propunham, como uma brincadeira de mau gosto.

O PSD tinha à partida, se não queria pactuar de maneira alguma com situações de risco, a possibilidade de apresentar uma lista, da primeira

vez, constituída só por elementos do seu Partido, e de nem sequer permitir à oposição de entrar.

Se lhes permitiu a entrada, é porque tendo maioria e só com os seus votos poderia viabilizar a eleição desses membros, e teria que votar favoravelmente, pelo menos numa parte dos candidatos do Partido Socialista, senão perante a opinião pública isto representa uma fantochada inqualificável, que não se dá hipótese ao Partido Socialista de eleger absolutamente ninguém, tendo-se convidado o Partido Socialista a participar na lista maioritária do PSD.

Este é que é o problema, é isto que é grave, nem sequer é o percurso de 76 até 80 porque o Regimento parece que tem umas lacunas e umas contradições, foi o acto próprio e exclusivamente circunstanciado da eleição que se praticou aqui no dia 24 de Novembro de 1981.

O PSD tem todo o direito de eleger uma lista única, não tem o direito de brincar com o Partido Socialista.

Presidente: Srs. Deputados, peço desculpa, o Sr. Deputado Pacheco de Almeida pede a palavra para?

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Para prestar um esclarecimento e também para dar uma explicação.

Presidente: Tem a palavra para dar uma explicação, supondo que houve aqui qualquer ofensa.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Não, de modo nenhum. E apenas no complemento da exposição serena do Deputado Martins Goulart acerca desta questão e para tornar mais claro o nosso procedimento, do Grupo Parlamentar do PSD, é que eu gostaria de facto de aditar aqui alguma coisa.

Obviamente que ao apresentar-se uma lista que nós desejaríamos que fosse de consenso, partimos para essa eleição condicionados por acontecimentos que aqui já foram referidos, ou seja de listas, que supunhamos ser de consenso, não terem recebido os votos do Partido Socialista.

Legitimamente não o fez e termos acabado por constatar que, em várias eleições o PSD votava em todos os membros do Partido Socialista, enquanto que os nossos elementos recebiam apenas os votos da bancada do PSD. E nós entendemos que não fazia sentido nenhum que a maioria mantivesse o sistema de ver aprovado os seus representantes na Mesa apenas com os seus votos. O que fizemos desta vez foi uma medida cautelar.

Se o Partido Socialista tivesse votado os nossos candidatos de maneira uniforme conferindo aos membros que indicamos para a Mesa o seu voto, nós teríamos numa segunda fase da votação votado nos membros do Partido Socialista.

Digamos, portanto, e ficou claro que se tratou numa medida cautelar que se verificou

ter a sua razão de ser, porquanto na nossa perspectiva, nós ao indicarmos a figura do Dr. Alvaro Monjardino para Presidente desta Assembleia fizemo-lo no entendimento de que prestigiávamos esta Assembleia, aliás no seguimento de diversas indicações que aqui trouxemos a esta Casa.

Como disse a cautela impunha-se-nos e infelizmente os factos provaram que tínhamos razão.

Os nossos candidatos não obtiveram o voto de consenso do Partido Socialista e nós não poderíamos, na nossa visão, deixar ficar isolado com uma votação claramente minoritária um candidato nosso que tínhamos proposto por consenso.

A segunda fase da votação já não pôde ter lugar nos termos em que desejaríamos que tivesse tido lugar, ou seja, fossemos nós a viabilizar a eleição dos membros do Partido Socialista.

Aliás, como o Deputado Martins Goulart aqui muito bem deixou dito com clareza e serenidade, essa eleição só é possível quando nós o desejarmos, mas porque nós o desejemos é necessário que connosco colaborem na elaboração das listas de consenso que aqui possamos trazer.

Presidente: Muito bem, eu queria pedir aos Srs. Deputados o favor de tomarem em consideração o tempo, senão arriscamo-nos a que o Sr. Deputado Fernando Monteiro, que está inscrito, não use da palavra neste período.

Muito bem, é que já antes disto o Sr. Deputado Daniel de Sá também tinha pedido a palavra.

Eu queria pedir aos Srs. Deputados o seguinte: eu sinceramente com toda a objectividade, penso que isto está mais que esclarecido e tenho a impressão que tudo quanto se disser agora vai ser repetitivo. Não quero coarctar a ninguém o uso da palavra, mas vou perguntar: o Sr. Deputado Daniel de Sá pede a palavra para?

Um pedido de esclarecimento?

Peço o favor de o formular nos precisos termos regimentais. Preciso ser esclarecido sobre isto, isto e isto, porque sinceramente eu penso que isto está mais que esclarecido, não vejo como é que se pode ainda levantar dúvidas, porque isto já está tudo dito.

Deputado Daniel de Sá (PS): E só para perguntar ao Sr. Deputado Fernando Faria, se na qualidade de Presidente em exercício do Grupo Parlamentar do PSD e no seguimento do que disse ontem mais ou menos por estas palavras, ou seja, "os compromissos portanto já não são para respeitar", será que não podemos mais confiar em compromissos da parte do PSD.

Presidente: Bem, Sr. Deputado, isso diz respeito a uma coisa que se teria passado ontem, mas o Sr. Deputado Fernando Faria pode responder sim ou não, porque eu penso que a resposta pode ser em termos de sim ou não. Eu agradecia.

É porque a experiência já nos indicou ao longo destes anos que quando entramos em questões

desta natureza, saindo dos factos objectivos e começamos a fazer processos de intenção, há sempre a necessidade da violência de interromper.

Pedia aos Srs. Deputados o favor de não deixarem criar essa dinâmica para não termos que intervir.

A pergunta está posta e o pedido formulado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria dizer ao Sr. Deputado Daniel de Sá e aos camaradas de bancada que essa afirmação tirada desse contexto, dá a impressão de que eu sou um charlatão que ando aqui, e penso que nem o Sr. Deputado Daniel de Sá nem os outros Srs. Deputados da oposição assim me consideram.

Os compromissos são para serem respeitados, mas por ambas as partes, e isso é que me parece que é importante.

Da minha óptica acho que há uma parte neste processo que para alguns de nós tem 5 anos, e há uma fase em que esse compromisso não foi respeitado por uma parte.

A nossa intenção, como acabou de dizer o meu colega de bancada Pacheco de Almeida, era de viabilizar a lista em que participava um Vice-Presidente e um Secretário do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e eu, pessoalmente, teria gostado imenso que tal tivesse acontecido.

Portanto a resposta é esta: a frase foi retirada dum contexto e o Sr. Deputado deve tê-la deturpado algum tanto, mas aceito que tenha dito isso textualmente, o que tenho dúvidas, mas os compromissos, na minha vida pessoal ou aqui dentro, são para ser respeitados por ambas as partes.

Presidente: Sr. Deputado Martins Goulart, com as mesmas recomendações de há bocadinho, que dispense de repetir, pedia o favor de ser sucinto.

Deputado Martins Goulart (PS): Certamente, eu queria perguntar ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida como é que se pode admitir que como medida cautelar o PSD tenha inviabilizado totalmente a eleição de 2 candidatos que seriam naturalmente os candidatos que o PS apresentaria à 2ª volta, como ficou demonstrado.

Como é que o PSD sabia que o PS ia votar contra, e portanto tomou uma medida cautelar totalmente exclusiva, sabendo que o PS, mesmo que votasse contra algum candidato do PSD, nunca inviabilizaria a respectiva eleição.

Portanto, poderia ter tomado uma medida cautelar mais amortecida que permitisse não passar por aquelas dificuldades que parece que tem e fazer eleger os membros do PS que parece que gostariam que integrassem a Mesa sem que a contabilidade nos fosse desfavorável.

Presidente: O Sr. Deputado Pacheco de Almeida tem a palavra para responder a este pedido de esclarecimento. Manifestamente parece entrar já no fôro íntimo das pessoas, mas enfim.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Não, eu penso que a pergunta do Sr. Deputado tem pleno cabimento e foi posta de novo com muita objectividade.

É verdade que, reflectindo sobre isso, nós podíamos em termos meramente contabilísticos, ter tomado as mesmas medidas cautelares, ou seja ter atingido o mesmo objectivo, ou seja, viabilizar as candidaturas do PS e ultrapassar a situação embora de modo diferente.

Simplemente nós entendemos que esta Assembleia deve ser dignificada em pleno e assumimos para com a figura do Presidente que indigitámos um compromisso que para nós é importante.

Poderia ter sido outro Presidente e a nossa atitude teria sido rigorosamente igual, portanto admito que cautelarmente poderíamos ter ido para uma via diferente, teríamos constatado sempre que a nossa lista, que desejaríamos tivesse sido de consenso, não tinha obtido o consenso que afinal nós procurávamos.

Procurávamos por nós e, deixe-me acrescentar, pelo Partido Socialista, porque numa coisa tem que se estar solidário, é melhor estar acompanhado do que só, mas nós não procuramos este tipo de solidão nem ela se vai reflectir na vida do dia a dia do dever parlamentar.

Quero também dizer que, e não vale a pena esquecer isto, havia uma experiência passada que condicionou a nossa medida cautelar.

O Sr. Deputado Martins Goulart, cuja percepção destas coisas se mostrou bastante clara, entenderá perfeitamente da dupla cautela de que nos revestimos, embora em termos contabilísticos se poderia ter viajado como sugeriu.

Presidente: Bem, Srs. Deputados, vou já dar a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Antes disso queria dizer que um papel que tinha ficado escondido debaixo do volume do Plano, devia ter sido aqui trazido na fase anterior a esta em que nos encontramos. Tenho aqui o relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação que verificou os poderes do Sr. Deputado José António Rodrigues de Melo e que o considera elegível pelo que declara os seus poderes verificados.

O Sr. Deputado tem a bondade de tomar o seu lugar na sua bancada, e peço desculpa deste atraso porque já lá devia estar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional em exercício, Srs. Membros do Governo:

(Voz inaudível da bancada do Governo)

O Orador: Ele está presente?

Então, Sr. ilustre Membro do Governo (o mais antigo, segundo parece):

Ainda não entrou na memória das pessoas e consequentemente na reflexão colectiva a grande encíclica *Laborem Exercens* de João Paulo II, a encíclica do trabalho humano e da pessoa do trabalhador.

Os mais dedicados e estudiosos dos documentos papais e das questões sociais talvez possam dizer que se ansiava de longa data um pronúncio apostólico sobre o trabalho humano.

O facto vinha deixando os cristãos num atraso substancial em matéria tão sensível, económica e socialmente, até porque é tradição desde, pelo menos a "*Rerum Novarum*", já lá vão 90 anos, ou remontando às origens do cristianismo, a Igreja assumir papel de pioneira na defesa dos valores espirituais do homem atribuindo-lhe e atribuindo ao trabalho a sua componente mais social e válida em ordem ao progresso da humanidade.

Tardou mas chegou e, porque não admitir, sem prejuízo para as interpretações teológicas e dogmáticas que ornamentam a doutrina católica a verdade dos factos: Porque o Papa é polaco e porque os gritos do Solidariedade, esse sindicato rebelde da Polónia comunista que também inspirou João Paulo II vai levar o mundo à viragem de uma página única mas histórica em que um sindicalismo autêntico se libertará das formas mais radicais materialistas e mesmo economicistas em que viveu ou teima a que ele continue a viver.

Além do mais, com esta encíclica, publicada no nonagésimo ano da *Rerum Novarum* de Leão XIII, é uma declaração do mais alto valor, exprimindo que a Igreja está viva e actual e os problemas do trabalho e da justiça têm tanta equidade e tanta actualidade como os da fé e da salvação.

A encíclica *Laborem Exercens* é riquíssima em conteúdo e em orientação deontológica em ordem aos princípios da vida social em que a força do trabalho é muitas vezes desvirtuada por ajustamentos ideológicos ou compromissos quase sempre mais extremistas e mais radicais do que as próprias massas o desejam.

Ora o trabalho não tem ideologia. O trabalho humano é uma expressão viva de cada homem. É a forma da sua definição.

A produção é a emanção do homem e não é o homem que é o instrumento da produção, assim traduz a encíclica como sendo a posição indeclinável da Igreja.

As correntes materialistas pelo contrário indicam uma inversão do sentido desta verdade. Precisamente a antítese da dignificação da pessoa humana.

Também nos clivámos do materialismo economicista por adoptarmos plenamente o primado do

homem perante as coisas e a expressão social disto não poderá deixar de ser o trabalho humano, dentro da comunidade onde vivemos.

A encíclica é rica em definições e orientações que podem ser baluartes da nossa luta por um mundo em que impere a justiça distributiva.

O "problema do mundo" segundo a encíclica "deve ser tomado em consideração não apenas no horizonte da classe, mas no horizonte mundial das desigualdades e injustiças". É um problema duma actualidade que nos toca de perto e que nos sensibiliza.

O trabalho humano é "a chave", provavelmente a chave essencial, de toda a questão social, se procurarmos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do próprio homem.

A submissão da terra ao homem é um processo segundo a doutrina desta encíclica que enquadra todos e cada um, em medida adequada e num número incalculável de modos, tomam parte em tal processo gigantesco, mediante o qual o homem com o seu trabalho "submete a terra" e não esta o homem.

A melhor homenagem que podemos fazer a esta magistral encíclica papal na hora em que o trabalho assumiu o seu verdadeiro papel na humanidade é transcrever embora aligeiramente algumas das suas linhas mestras e então, com a humildade que nos fôr possível, enquadrar na vida regional alguns dos seus aspectos.

"O trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência humana sobre a terra" assim como "o trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho" ressalva que o homem é além do mais a pessoa e não um instrumento de produção.

Nas relações homem/terra ou homem capital em que estão em jogo, no mesmo conceito de factores de produção, o trabalho e o capital e a terra como capital conforme a escola económica ou clássica (agora lembro a produção fisiocrática que remonta à segunda metade do século dezoito desde Adam Smith) houve uma evolução tão grande que acabou recentemente por gerar tensões sociais violentas.

Aqui o Santo Padre pegando na perspectiva bíblica de que submeter a terra implica canseiras para todas as espécies de trabalho, conclui no texto da encíclica que "mediante o trabalho, o homem não somente transforma a natureza mas também se realiza e ademais, lança as bases da própria família e contribui para o bem estar da própria nação".

O já histórico conflito entre o trabalho e o capital transpôs-se da área sócio-económica para o plano ideológico, gerando o confronto entre o liberalismo e o marxismo que se tem traduzido também pela luta de classes, é ultrapassado pela definição papal do "primado do homem perante as coisas" isto é, a prioridade do trabalho em relação ao capital. Esta é uma das máximas

mais sublimes.

Quanto ao direito da propriedade privada, a encíclica define-a subordinando-a ao direito do uso comum dos bens assim como propõe a co-propriedade dos meios de trabalho na base da concepção "personalista" de trabalho.

E quando se refere à organização do trabalho faz apologia de que "os sindicatos representam um elemento indispensável da vida social" e defende o direito à greve sem contudo se abusar dele.

Um e outro instrumento de defesa do trabalhador tomam nesta encíclica uma personalidade que até então não tinha acontecido, porém apelando para a moderação sempre que possível.

Faz-se crítica ao capitalismo no que se refere ao seu erro quando considera o trabalhador um meio quase material de produção, como instrumento e não como pessoa e pelo trabalho encontra a sua verdadeira dignidade, e só assim o poderá fazer.

A encíclica refer-se à questão operária nascida no século passado, aludindo também ao desemprego a todos os níveis e pressupondo os erros governamentais ou políticos e a falta de emprego porque a instrução e a formação profissional não está dirigida para as necessidades da sociedade em que vivemos. E o aspecto mais emergente das preocupações da encíclica no título da "Solidariedade dos homens no trabalho" diz-se em resumo que "Para se realizar a justiça social nas diversas partes do mundo, nos vários países e nas relações entre eles, é preciso que haja sempre novos movimentos de solidariedade de trabalhadores", visando sobretudo o pobre no sentido social, o desprotegido e até a mulher, o jovem e a família.

Faz apologia da pessoa humana pelo trabalho, afirmando este como a dignidade daquele.

Quanto à riqueza, humanizou-a, definindo-a como um conjunto de meios, fruto do património histórico do trabalho humano e que a técnica se deve tornar cada vez mais em fruto do trabalho.

Enfim, esta encíclica ultrapassa a antinomia entre o trabalho e o capital dando ao trabalho a dignidade personalista e sobrepondo o reforço humano de toda a pessoa em relação ao capital.

Sujeita definitivamente o capital ao trabalho, portanto ao trabalhador.

Preconiza o sindicato como defesa legítima do trabalhador e consagra o direito à greve.

Só assim o homem é livre e assume a função da pessoa emanada de Deus.

A propriedade privada não é sujeição do homem a ela mas o direito que tem limites no interesse social dos meios e instrumentos de produção.

Para a clarificação da co-propriedade dos meios de produção e da participação dos trabalha-

dores na gestão e nos lucros das empresas:

- Defendo a produção como uma emanção do homem;

- Defendo o primado da pessoa sobre as coisas;

- Defendo o primado do homem sobre o capital;

- Defendo a sujeição do capital e equipamentos ou propriedade da terra, ao trabalho e ao uso colectivo desde que o homem disso tenha necessidade e se assuma em toda a dignidade humana.

Sou cristão embora dos menos cumpridores, reconhecemos, leio o evangelho de S. Mateus e agarrei a sua mensagem.

Eis uma forma segundo a qual a Região deveria caminhar, os governantes deveriam reflectir, os partidos deveriam programar.

E então pergunto: Há sindicatos na Região autenticamente livres? Existe uma política de dignificação do homem pelo trabalho? O ensino e a instrução estão dirigidos para a humanização da pessoa pelo trabalho? A propriedade é mesmo um bem social? A Região é um paraíso cívico de justiça salarial?

Ser democrata cristão sem personalizar a doutrina social seria a maior antinomia política de um deputado como eu.

Tenho dito.

Presidente: Srs. Deputados, terminou o Período de Antes da Ordem do Dia.

Passando à **Ordem do Dia**, conforme já aqui foi anunciado antes de ontem, nós iniciaremos os nossos trabalhos, em virtude da situação de urgência oportunamente posta pelo Governo, pela apreciação duma Proposta de Resolução no sentido de ser autorizado à Região a contrair um empréstimo nos termos que constam do texto oportunamente distribuído.

A matéria foi sujeita a definição pela Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros e o parecer dessa mesma Comissão também já está distribuído pelos Srs. Deputados há vários dias.

O Sr. Secretário Regional das Finanças pretende usar da palavra para fazer a apresentação da proposta?

Tem a palavra e a tribuna à sua disposição para o efeito.

Seretário Regional das Finanças (Raúl Gomes dos Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tal como se previu no Orçamento para 1981, os meios disponíveis para fazer face às despesas orçamentais de investimentos do Plano, não se mostraram suficientes.

Não obstante um aumento previsível de receitas, que o ritmo de cobrança indica se irá verificar, conjugado com o resultado de medidas concretas assumidas pela Secretaria Regional das Finanças, visando a contenção efectiva das despesas públicas regionais, o que permite uma redução apreciável do défice orçamental, haverá que lançar mão de outros

meios financeiros para se poder ultrapassar as dificuldades que agora se apresentam para a integral execução do Orçamento.

Entendeu o Governo que a forma mais expedita de o conseguir e normalmente admitida, será a do recurso ao crédito bancário, aliás de acordo com o que se prevê no próprio orçamento. Neste sentido aprovou e remeteu a esta Câmara a presente Proposta de Resolução, em que solicita autorização para contrair um empréstimo até 2.500.000 contos para financiamento das despesas do Plano em 1981.

O empréstimo será obrigatorista, a ser tomado integralmente pela Banca, com o aval do Estado, em condições de juro e de prazo considerados satisfatórios.

É possível que esta situação, que se apresenta pela primeira vez, suscite da parte de alguns responsáveis certas reticências já que parece ser convicção generalizada e até mesmo arreigada de que o recurso ao crédito é prática de carácter excepcional que deve ser evitada.

Não se considera assim o Governo Regional, convencido que está, de que o recurso ao crédito se afigura como o meio mais rápido e mais eficaz para a concretização do Plano de Investimentos que tornará possível inverter definitivamente a situação de estagnação social e económica em que a Região de há muito se encontra, fundamentalmente por desinteresse e por inércia do poder central.

A consecução deste objectivo justifica por si só que se mobilizem todos os recursos financeiros próprios e se busquem outros meios financeiros supletivos desde que:

- o financiamento se destine a investimentos produtivos;

- se respeitem escrupulosamente os compromissos assumidos;

- o Governo assuma, como preocupação dominante, uma administração cada vez mais cuidada de todos os recursos financeiros da Região, emperhando-se em conseguir uma intransigente austeridade nos consumos públicos não produtivos e procurando maximizar a eficácia dos serviços existentes.

Presidente: Srs. Deputados, se houver cabimento a quaisquer pedidos de esclarecimento, suscitados por esta apresentação do Sr. Secretário Regional, é ocasião dos mesmos serem formulados.

Não há pedidos de esclarecimento. Declaro aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Muito rapidamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para manifestar o voto do Partido Socialista perante o pedido de empréstimo apresentado pelo Governo Regional.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

votará contra o pedido formulado, porquanto o fracasso e a falência da política financeira do Governo expressa neste pedido de empréstimo não pode ter a cumplicidade do Partido Socialista. Pela hipoteca financeira ficará rapidamente hipotecada a autonomia política da Região Autónoma dos Açores. Receamos que se esteja a iniciar o fim da autonomia política e administrativa desta Região.

O recurso ao crédito bancário, as garantias, as intenções de contenção e de produtividade, os meios ao dispor, as certezas de que é uma medida cautelosamente tomada, ao Partido Socialista assumem uma atitude de perigos profundos.

Julgamos que com este acto se iniciará uma derrocada autonómica que aliás pela leitura do Plano a Médio Prazo sentimos que não é da nossa responsabilidade.

Sentimos que este Governo é totalmente responsável pela ineficácia do aproveitamento dos dinheiros públicos e se chegamos a Novembro de 1981 com a necessidade de contrair um empréstimo tão vultuoso é porque o Governo não soube gerir os dinheiros públicos, desperdiçou-os, aproveitou-os mal e neste momento o povo dos Açores terá que pagar a juros e a prazo todos os anos e cada vez mais a falência da política deste Governo.

Presidente: Continua a discussão.

Não há intervenções, segundo vejo. Vamos passar a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta do Governo Regional, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 18 votos a favor do PSD e 1 do CDS e 9 contra do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Apesar de considerar a situação financeira da Região como gravíssima e ter consciência plena de que tudo o que o Sr. Deputado Martins Goulart expressa em termos de definição da situação grave do aspecto financeiro, pelo facto de concordar digo, o meu voto foi favorável ao empréstimo que o Governo pediu nesta Assembleia.

Fi-lo por coerência com a atitude que já tomei quando aprovei há um ano o Plano para 1981 onde havia o pressuposto deste empréstimo.

É apenas isto que eu quero deixar registado.

Presidente: Antes de eu dar a palavra ao Sr. Deputado Frederico Maciel que a tinha pedido para fazer uma declaração de voto, eu desejava

fazer uma rectificação.

Os votos a favor foram 20 e não 18.

Tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Maciel para uma declaração de voto.

Desculpem, eu disse votos a favor, ainda tenho que rectificar melhor: os votos do PSD a favor foram 20 e não 18.

Deputado Frederico Maciel (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente a autorização solicitada pelo Governo Regional pelas seguintes razões:

1 - Por se tratar de uma necessidade que visa dotar a Região dos meios financeiros necessários a pagamento de despesas com o Plano de 81.

2 - A necessidade de recurso a este empréstimo já era conhecido quando da aprovação do Plano e Orçamento para 1981, porquanto se sabia não ter sido garantida a cobertura integral do défice regional, tendo ficado a descoberto uma importância de 3.300 mil contos, no caso de se virem a realizar integralmente os programas previstos no Plano.

3 - Este empréstimo, agora autorizado, teria sido evitado se o Estado houvesse considerado, como impõe o artigo 80º do Estatuto, a obrigação de suportar, ao abrigo da solidariedade nacional, os custos das desigualdades derivadas da insularidade, designadamente no respeitante a comunicações, transportes, educação, cultura, segurança social e saúde, incentivando a progressiva inserção da Região em espaços económicos amplos, de dimensão nacional e internacional.

4 - Tendo em conta que se estuda a nível dos Governos da República e Regional o valor a atribuir aos custos da insularidade;

- Considerando que se espera que em próximos Orçamentos já venham contempladas as contrapartidas a reaver do Governo da República ao abrigo do artigo 80º do Estatuto da Autonomia;

- Formulamos um voto no sentido de o Estado vir a assumir futuramente a responsabilidade da liquidação do encargo agora contraído no pressuposto de que o mesmo já devia ter sido contemplado no ano de 1981 como participação do Governo da República na cobertura do défice da Região.

É que, os custos da insularidade foram sempre factor de estrangulamento do desenvolvimento regional e nos parece ter perfeito cabimento que já em 1981, se tivesse dotado o Orçamento Regional de uma receita correspondente à citada compensação para cobertura de custos da insularidade.

Presidente: Terminou a primeira parte do Período da Ordem do Dia. Passamos de imediato à segunda.

Havíamos interrompido o processo de aprecia-

ção do Plano a Médio Prazo imediatamente a seguir à formulação de pedidos de esclarecimento ao Governo, subsequentes à apresentação da efectiva proposta.

Vou dar genericamente a palavra ao Governo Regional, solicitando ao Sr. Presidente que, a seu critério, vá indicando quem sucessivamente irá aqui usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Integração Europeia.

Subsecretário Regional do Planeamento e Integração Europeia (Nunes Liberato): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Irei abordar na minha intervenção as perguntas de carácter geral, enquanto que as questões de carácter sectorial serão abordadas pelos Srs. Secretários Regionais das respectivas pastas.

O Sr. Deputado Fernando Monteiro pôs-me diversas questões que eu iria abordar de imediato.

As vias mais adequadas à promoção açoriana, citação que o Sr. Deputado faz do Plano a Médio Prazo, são as descritas efectivamente no âmbito do Plano e nomeadamente nas suas grandes opções e a modernização e o desenvolvimento do sector produtivo vêm em primeiro lugar.

Não se pode insistir sistematicamente e apenas em sectores não reprodutivos, sem sermos conduzidos a situações muito graves, de que aliás existem exemplos históricos.

Por outro lado e em outras perguntas que o Sr. Deputado faz, são feitas afirmações da sua autoria para basear diversas questões. Discordando o Governo de algumas das premissas incluídas nas perguntas do Sr. Deputado, obviamente que as perguntas ficam destituídas de sentido.

É o caso, quando refere que os programas principais da área social só aumentam a discrepância entre zonas urbanas e rurais, quando refere que as grandes opções não são implementadas ao nível das intenções dos programas sectoriais, ou quando refere que todos os programas indicam que a inflação vai aumentar.

São todas afirmações, na sequência das quais o Sr. Deputado depois faz questões e que realmente conduzem à perda de sentido na medida em que o Governo discorda dessas afirmações.

Onde fala em originalidade, o Plano refere-se naturalmente à necessidade de parte da Região não adoptar modelos estereotipados e evitar erros que outras Regiões fizeram já no passado.

O Plano terá em nosso entender influências positivas tanto no crescimento dos agregados macro-económicos como na criação de empregos. Pelas razões já apresentadas na intervenção inicial não é ainda possível estimar de maneira quantificada e precisa esses efeitos.

É difícil estimar também e ainda mais o efeito exacto do Plano na contenção da repulsão demográfica, até porque esta tem causas múltiplas.

Creio que tanto por razões internas à Região como razões externas, e os números já falam por si, é fácil prever que essa regressão tem sido e continuará a ser contida.

O Sr. Deputado faz a citação duma parte do Plano em que está a delimitar o crescimento das despesas públicas em função do produto sem anular investimentos públicos reconhecidamente indispensáveis. Isso é realmente, como vem citado no documento, uma das 4 prioridades que a CEE consagra e isto vem situado no âmbito do enquadramento internacional.

Uma das 4 prioridades, para resolver a crise económica mundial, consiste naturalmente em situar o crescimento das despesas públicas ao nível do crescimento da economia sem deixar de encarar os investimentos indispensáveis.

O Plano não abrange as empresas privadas porque não se poderá falar em investimento privado no âmbito do Plano, mas, dado o carácter indicativo do Plano em relação ao sector privado e o facto dos montantes inscritos no apoio à produção, seja nas pescas, seja na agricultura, ou seja na indústria, se admitirmos, e o Sr. Deputado pede nas suas perguntas que se tem que estimar o investimento privado que decorre dos incentivos que o Governo prevê no Plano, portanto tendo em conta esses montantes inscritos nesses sectores para apoio à produção, uma bonificação média de cerca de 5%, é admissível que o conhecimento privado induzido directamente desses incentivos, possa ascender a cerca de 8 milhões de contos.

Quanto à Zona Franca de Santa Maria, é lógico que o assunto tenha andado mais lentamente do que ^{aqui} se previa. Contudo, esperamos que, até ao fim do ano, o Governo da República aprove o Decreto Lei que consagra o enquadramento jurídico indispensável às Zonas Francas, e há que acrescentar que a aprovação deste Decreto Lei figura como grande prioridade do programa do 8º Governo Constitucional.

Entretanto numa reunião de negociação a nível ministerial, realizada em 27 de Outubro com a CEE, o assunto já foi transmitido à CEE, aguardando o Governo Regional resposta em relação a este assunto.

Quanto à integração europeia mantem-se o propósito do Governo Regional de se manter nas negociações, tendo como objectivo a entrada na CEE acautelando os interesses específicos da Região.

Quanto ao Sr. Deputado Castanheira Cruz e à pergunta que me faz quanto à ajuda pré-adesão, devo-lhe dizer que há dois tipos de ajuda pré-adesão, os subsídios e os empréstimos.

Quanto aos primeiros já entregamos dossiers relativos a caminhos de penetração, arborização e pescas. Cabem à Região cerca de 2 milhões de unidades de conta o que é cerca de 140 mil

contos.

Quanto a empréstimos há apenas o alargar do montante de créditos já atribuídos pelo Banco Europeu de Investimentos a Portugal que foi concedido agora no âmbito da pré-adesão.

Encontra-se entregue neste âmbito um dossier sobre energia geotérmica. No entanto devo esclarecer que, ao nível nacional, os montantes de ajuda de pré-adesão ainda não chegaram ao País, quer dizer, ainda não foi concedido efectivamente este ano.

Quanto ao Sr. Deputado Martins Goulart que me pergunta sobre a questão dos contactos prévios estabelecidos com os Srs. Deputados, pois, efectivamente, foi enviado aos Srs. Deputados um documento intitulado "Documentos Preliminares do Plano de Médio Prazo", solicitando algum comentário, caso o houvesse.

No caso do Sr. Deputado ele foi-lhe enviado pelo Departamento de Planeamento em 8 de Abril de 1981 pelo officio nº 874.

Em relação às questões de ordem geral era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro pede a palavra para?

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Para três figuras regimentais.

Para protestar, depois esclarecer e ainda pedir esclarecimentos.

Presidente: Bem, tem a palavra o Sr. Deputado. Peço que seja dado cumprimento ao Regimento, quanto ao carácter sucinto, preciso e conciso das perguntas.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Vou tentar embora seja difícil.

Presidente: E por saber que é difícil que faço esta insistência com toda a compreensão que as circunstâncias impõem.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Integração Europeia:

Pois, depois de o ouvir fiquei surpreendido com a afirmação, e por isso protesto, de que eu havia de estar concordante com a leitura, ou seja, de que aquilo que eu dizia devia ser tal e qual ou pelo menos, imensamente concordante, com aquilo que lia nas opções.

Naturalmente interpretei à sua maneira e era na qualidade de Subsecretário que queria ser esclarecido e não da maneira como cada um interpreta aquilo que eu digo?

Eu fiz perguntas porque acho o documento confuso nas partes a que me reporte.

Na parte que me cabe agora, quero esclarecer que nas grandes opções não está aquele aspecto que mais eu apreciaria num Plano a Médio Prazo durante 4 anos.

Quais eram? Eu vou explicar:

E natural que na Região, a iniciativa privada e o açoriano tenham que ser a principal componente do desenvolvimento da Região:

Orá se o homem da Região, se o trabalhador da Região, se o açoriano não tem um mínimo de condições para participar no desenvolvimento regional não é a componente pública, a macro-estrutura, que vai resolver o problema mas sim a pequenina componente.

Será toda uma área social que vai permitir que o açoriano possa em condições muito melhores que as que tem poder participar na produção e ser um vector altamente positivo na produção.

A terceira questão, para ser também rápido, será um pedido de esclarecimento.

E ou não é toda a macro-estrutura que se pretende instalar na Região - que aliás é absolutamente necessária e eu situo só o fenómeno em tempo, durante os 3 anos que faltam para acabar a vigência deste Plano a Médio Prazo - que vai ser aprovada nesta sala, e temos a certeza que o vai ser?

Vai provocar um aumento da inflação, um aumento da crise, precisamente um desvio da capacidade do trabalho para estas infra-estruturas e inclusivamente um desvio das capacidades financeiras que temos, e que são bem poucas, para áreas onde a produtividade projectada ainda está bastante distante.

E este o meu pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem então a palavra o Sr. Subsecretário para responder.

Subsecretário Regional do Planeamento e Integração Europeia (Nunes Liberato): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não me passaria pela cabeça pedir ao Sr. Deputado que efectivamente tivesse concordância em relação a todas as frases do Plano.

Em relação ao seu protesto entendo que ele não tem efectivamente cabimento na medida em que eu apenas referi que o Sr. Deputado nas suas questões faz determinadas premissas como é o caso exactamente da sua pergunta sobre a inflação que eu passaria a ler:

"Como será possível conter a inflação aos níveis minimamente controlados com um Plano cujos programas, projectos e acções só indicam que ela vai aumentar?"

Ora como o Governo não concorda que todos os programas, projectos e acções do Plano só indicam que ela vai aumentar a pergunta perde bastante cabimento.

De qualquer forma não gostaria de fugir às suas questões e procurei, numa forma tão breve quanto é possível, em face de tantas questões, tentar dar as respostas.

Quanto à questão que põe, exactamente, no âmbito da inflação, o Governo está perfeita-

mente ciente da mesma, fez uma selecção dos projectos a incluir no Plano e é preciso ver que a carteira de projectos do Governo é bastante superior àquela que figura no Plano, portanto temos que fazer opções e em relação a essa existiu nitidamente uma preocupação de carácter de controlo da inflação, e terá toda uma perspectiva nesse sentido que é complementada e o Secretário do Comércio e Indústria concerteza na sua intervenção há-de referir este aspecto com toda uma série de intervenções da conjuntura que possam limitar exactamente o crescimento do nível da inflação que efectivamente nos Açores é necessário conter.

Muito obrigado.

Presidente: A Sr^a Deputada Conceição Bettencourt tinha pedido a palavra para um esclarecimento, entretanto o Sr. Deputado Fernando Monteiro pede algum esclarecimento relacionado com esta explicação agora dada ou é um novo pedido?

E que se fôr relacionada com isto eu concedo-lhe prioritariamente a palavra, senão terei que a dar à Sr^a Deputada.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): É precisamente com isso, Sr. Presidente:

Presidente: E ainda em complemento dos esclarecimentos que pediu?

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sem dúvida.

Presidente: Faça favor, tem a palavra.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): O Sr. Subsecretário começando por dizer que, segundo eu entendi, o Governo não queria que a inflação prosseguisse, acabou, na sequência da sua conversa, por me dar a explicação. Estou agradecido por isso.

Presidente: Então tinha pedido a palavra para um agradecimento, se eu bem percebi.

(Risos)

Tem a palavra a Sr^a Deputada Conceição Bettencourt. Entendo que também para um pedido de esclarecimento, não é verdade?

Tem a palavra.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós, os marienses, já estamos habituados, de cada vez que nos queixamos ou alguma coisa nos é retirada, que é nosso, quer se trate de coisas já existentes ou de justas expectativas, de se falar na Zona Franca.

É um balão a cair, essa Zona Franca, e as pessoas pensam que realmente vai ser o maná que caiu do céu.

Parece agora que essa tal Zona Franca terá realmente o seu suporte jurídico e a sua criação num Decreto Lei da República, portanto no Governo da República.

Ora, eu desejava perguntar, se foi consultada a Região na elaboração desse Decreto Lei, quanto ao tipo ou tipos de actividades que a Zona Franca

como tal comportará.

E uma Zona Franca polivalente, declarada em termos genéricos sem precisar quais actividades? E simplesmente a sua criação que deveria depender mesmo do Governo da República ou uma Zona Franca condicionada ao exercício de actividades definidas e, neste último caso, quais?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário para responder.

Subsecretário Regional do Planeamento e Integração Europeia (Nunes Liberato): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito brevemente gostaria de referir que esse Decreto Lei do Governo da República foi preparado sobre proposta do Governo Regional redigida pelo Governo Regional. Portanto, obviamente, a questão da consulta estará prejudicada.

Em relação à questão suplementar que põe, o documento tem suficiente generalidade para efectivamente poder abranger diversos tipos de actividade a serem depois implementados no âmbito dessa Zona Franca.

Muito obrigado.

Presidente: A Sr^a Deputada deseja formular um novo pedido de esclarecimento?

Tem a palavra.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): E para pedir um novo esclarecimento porque não fiquei nada esclarecida.

Eu penso que essa generalidade compadece-se com a mera declaração da sua criação, embora sem especificação exaustiva, pelo menos, pela negativa, definir quais as actividades não exercíveis, porque é interessante também ver-se que talvez Santa Maria devia ser consultada.

Eu ponho a hipótese duma Zona Franca financeira, e de na mesma não haver condicionalismos para o exercício do jogo e, francamente, devolveríamos à procedência então esse referendo.

Desejaria qualquer coisa em Santa Maria que não viesse quebrar a tradição de todo um povo, os seus costumes e a sua vivência.

Será, portanto, novamente, uma poldra do Atlântico onde os lucros se formam e vão para fora?

Haverá restrições quanto a esse envio e o reinvestimento na terra, na própria ilha, de parte desses lucros?

Eu penso que para quem tanto fala de personalismo, e da maneira tradicional de ser o povo açoriano, foi bastante leviana esse aspecto, em fazer uma abertura deste género e implantar numa ilha uma Zona Franca não discriminada, quanto ao tipo de actividades, pelo menos na negativa, sem consulta às gentes da própria terra.

Bem, é que nós estamos um bocado escaldados, do que se pode chamar, talvez, de paneirice, não é?

Por um lado a fortuna é demasiada, por outro não acho que houve o devido cuidado em resguardar a própria ilha e a sua gente, até por uma consulta prévia do que querem, que o desenvolvimento dessa ilha seja e a que custos morais e sociais.

Desejaria saber, portanto, que tipo de generalidade é criado e até que ponto, senão, pelo menos o cuidado pela negativa de estabelecer certos limites.

Presidente: O Sr. Subsecretário tem a palavra mais uma vez.

Subsecretário Regional do Planeamento e Integração Europeia (Nunes Liberato): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E o que se chama "preso por ter cão e preso por não ter cão".

Realmente, em relação a esta situação, o que se passa é que efectivamente, o diploma a ser aprovado, tem efectivamente um nível de generalidades bastante grande, mas na sua sequência virão diplomas regulamentares que serão produzidos exactamente nos termos da Constituição e do Estatuto, onde a Região decerto tomará uma posição essencial.

Haverá todas as condições de concessão de lugar nessa Zona Franca e não tenho dúvidas nenhumas de que o Governo Regional acautelará os aspectos referidos pela Sr^a Deputada.

Muito obrigada.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro deseja pedir mais um esclarecimento, provavelmente sobre este assunto.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Subsecretário, eu desejava saber se depois deste esclarecimento ainda pode esclarecer a possibilidade de o povo de Santa Maria ser consultado ou pelo menos ser sensibilizado e marcar uma posição por intermédio das suas forças políticas, na altura em que tiver que implementar qualquer acção desta natureza.

E a pergunta à qual eu quero, naturalmente, a resposta.

Presidente: E o Sr. Subsecretário que vai responder?

Tem a palavra.

Subsecretário Regional do Planeamento e Integração Europeia (Nunes Liberato): Em relação a esta questão, decerto que haverá contactos com entidades representativas da Ilha de Santa Maria e, portanto, essa regulamentação e esse trabalho será feito em conjunto.

Presidente: Sr. Presidente do Governo Regional, quando V. Ex^a entender, pode dar a palavra a outro Membro do Governo.

Então tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional da Finanças (Raúl Gomes

dos Santos): O Sr. Deputado Roberto Amaral pôs a seguinte pergunta:

"Tendo sido afirmado que o financiamento das despesas do Plano assenta em previsões verosímeis, pergunta-se quais os critérios que presidiram à efectivação das despesas devidamente imputadas aos custos da insularidade?"

Os critérios basearam-se nos três grandes factores, que se entende contribuir para o agravamento, quer para despesas de administração, quer para despesas de investimentos, que aparecem no enquadramento do Plano a Médio Prazo e que são o carácter periférico da Região, a descontinuidade geográfica em relação ao Continente e a descontinuidade geográfica em relação ao seu próprio território.

Estes são os critérios que serviram de base à quantificação das despesas.

A outra pergunta prende-se com o saber: quais os exactos termos em que foi assegurado o financiamento por parte do déficite do Orçamento regional para o ano de 1982?

Acho que esta pergunta se enquadrava melhor no âmbito da discussão da proposta do Orçamento para 1982. Porém, não vejo inconveniente em responder agora ao assunto.

O financiamento, da parte dos déficites orçamentais previstos para 1982, está assegurado, segundo uma informação que irei fazer pessoalmente ao Ministro das Finanças e do Plano, uma vez que ainda não conheço a proposta do Orçamento Geral do Estado.

Está assegurado mediante a inscrição no Orçamento Geral do Estado para 1982 duma verba de 4 milhões e 500 mil contos ao qual haverá que deduzir 1 milhão e 200 mil contos para as Finanças Locais e 440 mil contos para recorrer aos encargos dos serviços periféricos, ainda a cargo do Estado.

Feitas as contas com o substancial valor líquido de 2 milhões e 870 mil contos a transferir em numerário pelo Orçamento Geral do Estado, no decorrer do ano de 1982, esta comparticipação do Estado assegurará a cobertura integral do déficite do orçamento corrente previsto como sabe em 22 milhões e 800 mil contos.

Presidente: O Sr. Deputado Roberto Amaral tem a palavra para um rovo pedido de esclarecimento.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejo reconfirmar o pedido de esclarecimento que fiz inicialmente, quanto aos critérios que presidiram à quantificação dos custos imputados à insularidade e contidos no Plano.

O que o Sr. Secretário Regional das Finanças fez o favor de dizer, limitou-se, no fundo, às características da Região que legitimam a reivindicação, por parte da Região, destas

despesas a sair do Orçamento Geral do Estado.

A minha pergunta, portanto, não era quais as razões que levaram a Região a reivindicar esta cobertura dos custos, mas sim quais os critérios objectivos que presidiram à quantificação dos custos imputáveis à insularidade.

Presidente: O Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Secretário Regional das Finanças (Raúl Gomes dos Santos): Eu tomei a pergunta exactamente no sentido em que expressei aqui.

Realmente os critérios que serviram de base para a quantificação, foram realmente estes, e esta foi realmente a pergunta que eu tomei.

Digamos, o desdobramento desta pergunta poderá encontrá-lo no enquadramento financeiro do Plano a Médio Prazo.

Presidente: O Sr. Deputado quer continuar, tem pleno uso da palavra para explicitar o seu pedido de esclarecimento.

Deputado Roberto Amaral (PS): Eu no Plano a Médio Prazo encontro verbas que o Governo entende serem despesas imputáveis directamente aos custos da insularidade.

Eu vejo essas verbas no Plano e é evidente toda a gente as vê. Porém, eu quero saber é como é que são essas verbas que aparecem?

É evidente que é por causa da Região ser uma Região insular, ser descontínua, ser parcelar, etc., etc., mas eu queria saber a razão, vá lá, os critérios objectivos que levaram o Governo a determinar estas verbas para o seu plano de investimentos que está contabilizado em 21 milhões e 800 mil contos, atribuindo 10 milhões e 300 mil a estas despesas.

Queria saber, na realidade, os critérios que levaram o Governo a estimar os custos da insularidade, consequentemente em 10,3 milhões de contos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Raúl Gomes dos Santos): Tomando como base os critérios que já foram aqui anunciados, o grupo de trabalho, representativo da Região, que está agora a estudar a definição e quantificação desses custos juntamente com o representante do Governo da República, entendeu desagregar dos valores imputados no Plano a parte que estava imputada aos custos da insularidade nos diversos sectores que aqui mencionamos.

Presidente: Portanto, o Sr. Deputado Roberto Amaral considera-se esclarecido.

O Sr. Deputado Fernando Monteiro tem a palavra, suponho que também para pedidos de esclarecimento, não é verdade?

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Derivados do esclarecimento que ouvi fazer.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

Ora, eu percebi a resposta e admito que possa não haver cobertura do déficite, ao abrigo, mesmo dos nossos direitos, ou seja, dos artigos 80º e 85º do Estatuto, referindo-se o primeiro aos custos da insularidade e o segundo aos investimentos do Plano Regional.

Ora, para ficar esclarecido, gostaria de saber se não houver a cobertura do déficite orçamental, se se pretende recorrer à banca. Pois, pressuponho que sim.

Agora as perguntas e os pedidos de esclarecimento situam-se nisto:

Haverá poupança regional para cobrir a parte do déficite do Plano a Médio Prazo, que não fôr coberta pelo Estado ao abrigo da solidariedade nacional?

Quais serão os encargos da dívida acumulados no final de 1984 e a projecção dos seus efeitos para o futuro, em tempo e custos?

Considerando que uma das expressões mais válidas da democracia é a alternativa governativa, como justifica o endividamento público, obrigado por este Plano a Médio Prazo, para além do mandato que receberam?

São três pedidos de esclarecimento situados no esquema que dei nos pontos 4º, 5º e 7º.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças (Raúl Gomes dos Santos): Se haverá poupança regional para cobrir a parte do déficite do Plano a Médio Prazo que não será coberta pelo Estado, ao abrigo da solidariedade nacional?

Dir-lhe-ia que, numa fase substancial, penso que sim.

Quais serão os encargos da dívida acumulados no final da 1984 e a projecção dos seus efeitos para o futuro, em tempo e custos?

Devo dizer-lhe que não é possível estimar os encargos porque sinceramente na ocasião os montantes de custo não poderão ser calculados.

Quanto à outra pergunta em que considera que uma das expressões mais válidas da democracia é a alternativa governativa, e pergunta como justificar o endividamento público, obrigado por este Plano a Médio Prazo para além do mandato que receberam, dir-lhe-ia que promover o desenvolvimento é construir para o futuro, e é isso que o Governo Regional está a fazer.

Será justo que quem vai usufruir dos benefícios decorrentes suporte os encargos na parte correspondente.

Da mesma maneira que a legislação produzida

por este ou por qualquer Governo, não caduca com a limitação do mandato recebido, antes é projectada para o futuro na medida em que contribui para o bem do interesse colectivo, da mesma forma caberá encarar o endividamento, tão correctamente assumido.

Presidente: Sr. Presidente do Governo Regional, faz favor de indicar.

Então dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Secretário Regional da Administração Pública (Melo Alves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Perguntou o Sr. Deputado Duarte Mendes qual a posição do empreendimento do abastecimento à Ribeirinha, Cabo da Praia, uma vez que parece que a responsabilidade não é só das Câmaras.

Quero esclarecer que o Orçamento já está actualizado há cerca de 2 ou 3 meses.

A Câmara de Angra não dispunha de capacidade de recurso ao crédito para aquela obra e tem que recorrer a ele para esse efeito, em virtude do empréstimo que tem contraído na Caixa Geral de Depósitos de 80 mil contos para a construção desta nova central térmica da Ilha Terceira, empreendimento extraordinariamente muito caro, pelo qual a Câmara optou para procurar evitar roturas no abastecimento de electricidade à Ilha Terceira.

Roturas, que neste momento se estão a verificar dado que uma das máquinas teve que proceder a normal revisão, chegando que foi o número de horas de trabalho, estando uma máquina a aguardar que seja montada.

A Câmara de Angra, por outro lado, foi indicado, em finais de Setembro, que aquele encargo com a construção da central passaria para a Empresa de Electricidade dos Açores-EDA, estando definido que o mesmo passará para esta em 1 de Janeiro de 1982. Encontra-se assim a Câmara de Angra a ficar à beira de poder recorrer ao crédito e ir o empreendimento para a frente.

Segundo o Decreto Regulamentar Regional aprovado pelo Governo há cerca de um mês, com o conhecimento de que as Câmaras o desejam, sobre o qual põe-se condições dos pareceres das mesmas e que está já enviado para o Ministro da República para publicação no Diário da República, estabelece-se, para a aplicação da verba de investimentos inter-municipais, um sistema de bonificação de juros, enquanto que o sistema de bonificação de juros para as obras de abastecimento de água às populações está estabelecido sobre uma forma de escalões.

E a primeira vez, parece-me que tal acontece na Administração Pública para este tipo de apoio.

Os escalões de bonificação do Governo Regional, são três:

- O escalão de 10% de bonificação;

- O escalão de 12% de bonificação;

- O escalão de 14% de bonificação.

Partindo da hipótese de que para este empreendimento em concreto o empréstimo seria por 15 anos, e ele caberia no 2º escalão de 12% de bonificações, teríamos o seguinte resultado:

Se não houvesse a bonificação e à taxa de juro actual que é de 24% com uma bonificação de 2% da Caixa Geral, a Câmara teria de pagar, qualquer uma delas, 22% de juros. Porém, com a bonificação do Governo Regional, de 12%, isso baixará para 10%.

Verifica-se pois que, a 22% de juro, haveria encargos anuais, em juros e amortizações, de 21.898 contos para um empréstimo de 92.900 contos. Porém, com a bonificação que é dada, os encargos anuais para a Câmara de Angra, para aquele montante e por 15 anos, passam a ser de 1.930 contos, havendo, conseqüentemente, uma diferença de 9.000 contos.

Relativamente à Câmara da Praia, a parte que lhe toca no investimento situa-se nos seguintes números:

A 22%, o encargo anual é de 12.318 contos, contudo, com a bonificação de 10% o encargo anual fica em 7.280 contos, o que dá uma diferença de 5.000 contos.

Portanto, relativamente às ^{duas} Câmaras, temos uma diferença de 4.000 contos, ficando o Governo com os encargos de 14.000 contos por ano, durante 15 anos.

É portanto uma posição arrojada do Governo Regional, uma experiência que se faz na Administração nesta Região e um pouco a nível do País, porém teremos que olhar às disponibilidades financeiras.

O Decreto poderá ser revisto daqui a 1 ano ou 2, uma vez que ele próprio prevê a sua revisão obrigatória daqui a 1 ano. Julgamos, porém, que constitui uma posição do Governo muito arrojada, muito forte e de muito empenho no abastecimento de água às populações desta Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Administração Pública (Reis Leite): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nas intervenções de ontem, na generalidade não foram verdadeiramente focados assuntos relacionados com a área da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Como devem ter notado, apenas duas senhoras Deputadas, nessa ocasião fizeram perguntas que embora eu entenda serem de especialidade, efectivamente vou responder.

A Srª Deputada, Srª D. Adelaide Teles, pretenderia saber se o Governo Regional não considerava demasiado tarde o início da construção do edifício da Escola Primária na Praia da Graciosa, atendendo

ao estado de degradação que o edifício existente apresenta.

Eu creio que não. Efectivamente, o edifício não está em ruínas e não foi possível, atendendo à disponibilidade de verbas, à programação e ao estudo de degradação de outros edifícios noutras zonas da Região, poder inscrever no planeamento esse edifício para mais cedo.

Quanto à Sr^a D. Fátima Oliveira que pretendia saber se iam ser adjudicados brevemente os respectivos pavilhões das escolas preparatórias da Calheta e das Velas A5 e A6, devo informar que, quanto a serem adjudicados, espero que sim.

Estão agora lançadas a concurso e esperamos efectivamente que haja empreiteiros para o fazer, uma vez que estão prontos a ser lançados a concurso.

Quanto ao saber se já existem contactos para a aquisição do edifício para a instalação da casa de etnografia em S. Jorge, devo-a informar que existem efectivamente.

Presidente: O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais tem a palavra.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho duas questões para responder.

A Sr^a Deputada Adelaide Teles, pede informações acerca do novo edifício para o lar de idosos em Santa Cruz da Graciosa.

Gostaria de transmitir-lhe que efectivamente, resultando do empenho da Santa Casa da Misericórdia, ele está em andamento e que obras deste género só são possíveis com o empenho directo da comunidade.

Está em curso a elaboração do projecto para o mesmo lar, segundo a instituição, tendo sido feito na Secretaria Regional o respectivo programa, que encara essa construção já não como simples estrutura de internamento mas também com estruturas de convívio, nomeadamente de centros de convívio.

Em relação à pergunta formulada pela Sr^a Deputada Fátima Oliveira em representação dos Deputados de S. Jorge, eu dir-lhe-ia que em relação ao Centro de Saúde da Calheta, o mesmo foi efectivamente entendido como sendo daquelas que merecia inteira prioridade no projecto de construções a desenvolver pelo Governo Regional pelo que, os trabalhos preparatórios, tanto quanto nós esperamos, serão desenvolvidos durante o ano de 1982, exactamente para permitir que no início de 1983 seja possível dar início à construção do edifício.

Portanto, é nisto que estamos empenhados.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas tem a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação às perguntas que aqui foram

feitas, eu vou começar pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro, porque é aquele que apresentou a lista mais extensa.

Quanto à questão levantada que dizia respeito à extensão do IFADAP à Região, faço saber ao Sr. Deputado que precisamente no próximo mês de Dezembro deverá ser assinado o protocolo que permitirá arrancar definitivamente com o início da actuação deste organismo na Região Autónoma.

Quanto ao fomento florestal que o Sr. Deputado considera pouco arrojado, pois, é evidente que não é essa a nossa opinião sobre a matéria e consideramos que em relação aos anos transactos se vai fazer um esforço realmente notável nesta matéria.

Quanto ao fomento das algumas culturas, para as quais o Sr. Deputado considera haverem poucas verbas inscritas, eu passo a chamar a atenção de que apenas estão inscritas as verbas necessárias aos sectores da investigação aplicada relacionada com essas culturas, pois, o que se pretende é, através das linhas de crédito adequadas, reactivar a actividade privada nesse sector.

Quanto à capacidade que, por exemplo, mostram algumas das ilhas para se colocarem especificamente como polos de desenvolvimento em relação a algumas das culturas, aqui apontadas, pois, estamos efectivamente de acordo consigo, quanto a esse esforço ter que ser feito.

Quanto à sua última pergunta, no respeitante à experiência que vai sendo levada a cabo na Região com o navio "Futuro", devo-lhe informar que a mesma está neste momento na parte final da sua primeira fase, passe o termo, que teve resultados bastante positivos, sobretudo no respeitante ao teste que foi feito a algumas pescas, mas fundamentalmente porque alguns jovens aqui da Região que fizeram parte dessa tripulação, se mostraram altamente interessados em experiências deste tipo. Em termos pedagógicos a mesma foi extremamente interessante.

Quanto à rentabilidade financeira que seria uma das conclusões a tirar dessa mesma experiência, ela dá-nos indicações também positivas.

Esperemos agora que a segunda fase que vamos desenrolar no início do próximo ano, sobretudo no que diz respeito à pesca do atum, possa ser concludente em relação a este aspecto, uma vez que o que fundamentalmente se procura é uma diversificação das artes da pesca dentro da mesma embarcação e feita pelos mesmos pescadores.

Quanto ao Sr. Deputado Daniel de Sá, as suas perguntas dizem respeito exclusivamente às pescas, se eu não estou enganado.

É evidente que a resistência em conceder licenças de pesca a países terceiros tem o seu fundamento, nomeadamente no seguinte:

Neste momento atravessa-se uma zona bastante cinzenta em termos de relações internacionais no sector das pescas;

Teremos que procurar proteger ao máximo a Zona Económica Exclusiva da Região Autónoma dos Açores, tendo em vista sobretudo que não sejam adquiridos direitos históricos face à nossa futura integração na CEE.

Isto não quer dizer que algumas licenças não tenham sido concedidas. Temos, concretamente, o caso dos japoneses durante o ano de 1981, tendo alguns barcos japoneses pescado nas nossas águas como resultante dessas licenças do acordo luso-nipónico.

Quanto ao caso dos espanhóis concretamente, pois, está-se numa fase de renegociação, digamos assim, uma vez que a posição da Região Autónoma foi não conceder as licenças pretendidas pelos espanhóis.

Quanto à garantia da fiscalização da CEE que abrange quase cerca de 1 milhão de quilómetros quadrados, pois, é efectivamente uma preocupação bastante grande.

Eu creio que não é possível em termos de fiscalização, quando ela é entendida como sendo feita pelas forças, digamos, armadas, da marinha ou da força aérea, ter efectivamente essa fiscalização exclusivamente conduzida por essas forças.

O esforço financeiro que isso exigiria não vejo que seja possível fazê-lo, portanto a nossa aposta vai sobretudo no sentido de que devemos sempre encher cada vez mais essa Zona Económica Exclusiva com pesqueiros nossos e com embarcações nossas, fazendo através deles, precisamente, também um esforço no sentido dessa fiscalização.

O Sr. Deputado Roberto Amaral também do Grupo Parlamentar do PS, fazia uma pergunta relacionada com a quantificação da "PAC" em termos da integração da Região Autónoma dos Açores na CEE.

A sua pergunta vem adiantada em relação ao timing que a nós próprios nos propusemos desenvolver, uma vez que é precisamente neste momento que em relação às culturas que nos devem interessar quantificar essa política no que diz respeito sobretudo aos fundos do "FEOGA" que estão a ser conduzidos essas quantificações.

Começamos até concretamente esta semana numa quantificação relacionada com a produção da beterraba e vamos iniciar em Janeiro as quantificações relacionadas com aquilo que são as compensações, sobretudo no caso da produção do leite que é quanto a mim a produção com a qual nós temos que ter mais cuidado nessa mesma quantificação.

Penso que não há mais pergunta nenhuma que me tenha sido feita. No entanto, se algum dos Srs. Deputados se acha defraudado pelo facto de ter sido esquecido pela minha pessoa, faça

o favor de se manifestar.

Os meus agradecimentos.

Presidente: Parece que há um candidato a essa defraudação, ou seja, o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Já há pedaço fizera sinal no sentido de intervir neste momento, para pedir esclarecimentos.

Tem agora a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não estou de maneira alguma defraudado, também se tivesse revelaria uma resposta muito mais violenta. Portanto, estou muito passivo e até muito compreensivo.

Queria era ver um esclarecimento muito mais profundo sobre uma pergunta, subjacente à minha lenga-lenga, que se prende com o saber o que pensa da obra de rega da Ribeira Grande e como traduz essa componente importante para o desenvolvimento de qualquer modernização de agricultura.

Portanto porque é que foi esquecida neste Plano a Médio Prazo?

Eu tenho uma interpretação, mas preciso de ser esclarecido porque é isto que está aqui em jogo, ou seja, o julgamento do Plano a Médio Prazo.

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra para responder a este pedido de esclarecimento.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Quanto à sua pergunta, se aqui tivesse a gravação do ano passado quando fez a mesma pergunta, podia reeditá-la e aumentá-la talvez de som.

(Risos)

Sem querer entrar numa discussão excessivamente técnica, a minha posição é diferente da sua, e o que pretendo é testar a minha posição. Teremos todos que fazer um esforço nesse sentido, nomeadamente a Secretaria no caso concreto.

Eu tenho sérias dúvidas sobre se os "inputs" financeiros para um plano de rega da Ribeira Grande poderão ser pagos pela agricultura que essa mesma área poderia vir a fazer. Contudo esta resposta não pode ser desinserida do trabalho que outras Secretarias estão conduzindo na mesma área, sobretudo no sector energético e que poderão, julgo eu, ser mais concludentes em relação à taxa de rentabilidade interna possível da rega naquela zona, para viabilizar, em termos estritamente financeiros e não de subsídios à produção das culturas que futuramente ali podem ser executadas.

Portanto eu diria, Sr. Deputado, que tecnicamente a minha posição não é totalmente sobreponível com a sua, o que não quer dizer que eu tenha razão, o que vou procurar é, através dum estudo

mais criterioso do que aquele que até agora existe na Secretaria, procurar demonstrar a minha posição e efectivamente procurar ver se na realidade é possível ou não, em termos financeiros e de rentabilidade interna dos projectos, essa implementação, e se é possível ou não ter para a Ribeira Grande a ambição de um grande plano de rega.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro pretende ser novamente esclarecido, não é verdade?

Deputado Fernando Monteiro (CDS) Eu queria também esclarecer.

Presidente: Bem, vamos tomar isso como uma continuação. Tem a palavra.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Secretário, pois, eu não peço a obra de rega da Ribeira Grande. Eu peço é um estudo sério sobre a obra de rega da Ribeira Grande.

Portanto, eu também sei, como técnico, qual é o molde em que se deveria abordar um processo destes, não vejo é fazer ou dar o passo em frente que desejava.

Se fôr necessário, até para o ano, voltarei de novo ao assunto.

Presidente: Sr. Secretário Regional, para um complemento ao seu esclarecimento, tem a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): São só duas palavras.

Presidente: Concerteza, Sr. Secretário. Tem a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Eu acho que o que deve fazer, é realmente voltar para o ano!

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Se a democracia o permitir!

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria tem a palavra.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Duas perguntas me foram feitas relacionadas com a energia.

Uma prendia-se como o saber se e como era possível acelerar os trabalhos para a instalação da nova central térmica da Ilha Terceira, uma vez que também ali já se encontrava um grupo térmico do equipamento para a instalação do grupo térmico da nova central.

Ora, eu devo aqui recordar que só há 4 meses é que foram recebidas as propostas das diversas entidades, das Câmaras e dos Serviços Municipalizados no sentido de se integrarem na Empresa de Electricidade dos Açores.

Foi só a partir dessa altura possível dar início aos trabalhos preparatórios da instalação da EDA que vai assumir plenamente as suas funções a partir de Janeiro de 1982.

Devo também aqui referir com muita verdade

que não vejo possibilidade de antes de 1 ano o novo grupo da Ilha Terceira estar a funcionar, isto porque é um grupo de base, é um grupo que requer obras com determinado apuro e não podem de forma alguma ser improvisadas como se fosse para um grupo de potência mais ligeira, como o caso concreto até daquilo que se vai fazer agora na Ilha do Pico.

O processo de concurso público para a adjudicação da central está em marcha e, segundo espero, iniciamos as obras no início do próximo ano para que no final do mesmo esteja instalado, portanto, o grupo de 3 megawatts.

A EDA ao tomar posse de todo o sector eléctrico da Região tem um serviço muito importante a seu cargo. O sector encontra-se em dificuldades muitíssimo grandes em muitas ilhas da nossa Região, sobretudo no caso da Ilha Terceira onde é necessário fazer imensos investimentos, não só na instalação dos centros produtores como também na própria rede.

Mas estou certo que, com o Plano que está aqui posto a esta Assembleia, no campo energético, nós iremos certamente conseguir os nossos objectivos, trabalhando e trabalhando muito.

Perguntou o Sr. Deputado Daniel de Sá, se tinham mudado os técnicos ou o persamento, ou se a hídrica é que tinha mudado, para que neste momento os técnicos que outrora defenderam a inviabilidade económica do aproveitamento dos recursos hídricos neste momento sejam os mesmos técnicos a fazerem a apologia desse aproveitamento.

Devo dizer-lhe que apenas mudou um factor que é muito importante, ou seja, o factor do custo do petróleo, e por isso mesmo os investimentos que outrora eram inviáveis sobre o ponto de vista económico, neste momento apresentam-se viáveis devido aos elevados custos que o petróleo assumiu no mercado internacional.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro tem a palavra para o seu pedido de esclarecimento.

Deputado Fernando Monteiro (CDS) Sr. Secretário Regional, eu apreciei a viragem da política energética nalguns aspectos, pelo menos numa componente, a hídrica.

Eu queria só que confirmasse se se vão multiplicar, por parte da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, as iniciativas no sentido do aproveitamento total da potencialidade hídrica para efeitos eléctricos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Certamente que este é um dos programas bastante ambiciosos do sector energético que estão consagrados no Plano a Médio Prazo e que

na minha intervenção terei oportunidade de desenvolver.

Nós apostamos no aproveitamento integral dos recursos hídricos, conjugados também com o aproveitamento integral dos recursos geotérmicos disponíveis e viáveis na Região.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro pretende pedir mais um esclarecimento?

Deputado Fernando Monteiro (CDS): É para uma declaração de voto.

Presidente: Declaração de voto?

(Risos)

É que oportunamente tem realmente oportunidade de a formular, mas neste momento parece que não tem cabimento.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): É só para concordar plenamente com a mudança radical da política energética.

Presidente: Não é um agradecimento, é um assentimento.

O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria quer porventura completar o seu esclarecimento. Tem a palavra.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Quero dizer, Sr. Presidente, que nada tenho a opôr à congratulação do Sr. Deputado Fernando Monteiro. Desejo apenas introduzir uma pequena alteração.

Não há qualquer mudança, mas sim uma continuidade e basta apenas atenção para verificá-la.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): (Voz inaudível).

O Orador: A continuidade não é aquela a que a Srª se refere. Eu quase que adivinhei o seu pensamento.

Há, contudo, uma continuidade nos objectivos da política energética da Secretaria Regional do Comércio e Indústria e através dos Planos que têm sido presentes aqui a esta Assembleia têm-se vindo a acentuar o interesse no desenvolvimento e no aproveitamento dos recursos hídricos da Região.

Presidente: Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, tem a palavra para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe foram formulados.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Madruga da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há aqui algumas questões que me são postas relativamente a assuntos que se prendem com a nova pista do aeroporto de Ponta Delgada, com a aerogare das Lages, com o porto da Praia da Vitória e que julgo que obrigam a um outro tipo de reflexão.

Portanto se os Srs. Deputados que me fizeram perguntas sobre esta matéria, assim entendessem e não levassem isto doutra forma, eu, durante

uma intervenção que conto fazer durante o debate, poderia talvez responder com mais detalhes do que agora o faria a este tipo de perguntas.

Nessa altura, suponho que é regimental e que poderão fazer qualquer pedido de esclarecimento sobre a matéria que ainda suscita dúvidas.

Em relação às outras questões que me são postas, eu começaria pelas que me foram postas pela Srª Deputada Fátima Oliveira relativamente a assuntos que se prendem com a Ilha de S. Jorge.

Concretamente, pensa-se efectivamente que se possa abrir ao tráfego para o próximo ano o aeroporto de S. Jorge.

Pensa-se que é possível abrir no próximo ano, concluídas as obras da Residencial das Velas.

Pensa-se que é possível proceder, no âmbito deste Plano a Médio Prazo, à construção de uma oficina no porto das Velas.

Também é possível, e isso encontra perfeito enquadramento que poderá elaborar-se a ampliação do porto das Velas o que encontrará cabimento na rubrica que se refere a estudos e projectos dos transportes.

É igualmente possível, e nesse aspecto já se trabalha dentro da Secretaria dos Transportes e Turismo e da Agricultura e Pescas, se lançar uma acção relativamente aos portos de pesca e aos varadouros que existem pelas nossas ilhas.

No que se refere à limpeza do porto da Calheta já se começaram a estabelecer contactos com a Marinha no sentido de podermos este ano contar com um grupo de mergulhadores que possam ajudar neste aspecto da limpeza do fundo e no rebentamento de algumas rochas que por aí andam junto dos nossos portos.

Julgo que eram estes aspectos que me foram postos pela Srª Deputada Fátima Oliveira.

Em relação a algumas questões que me foram feitas pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro e que não estão contidas no âmbito das perguntas que eu há pouco referi, eu passarei a responder.

Em relação a uma pergunta que me faz sobre qual o estudo-viabilidade dos recursos efectuados na Serreta, devo dizer-lhe que concretamente em relação à Serreta não há um estudo-viabilidade porque o estudo que foi feito na Região há alguns anos a esta parte contempla que determinados tipos de salários com empresas hoteleiras deverá dimensionar-se sobre determinada forma, a que não corresponde de momento a Estalagem da Serreta.

É evidente que uma instalação hoteleira, com 6 quartos nunca poderá encontrar qualquer viabilidade económica. Portanto é objectivo do Governo dotar a Estalagem da Serreta, na linha daquilo que tem sido feito em outras estalagens, quer aquela que se constroi na Vila das Velas, quer o investimento da ampliação que

já se fez na Estalagem de Santa Cruz, onde se vivia uma situação não semelhante mas talvez parecida com aquela que se viveu na Estalagem da Serreta, por falta exactamente de capacidade, pensa levar a efeito, e já está elaborado o projecto, a dotação da Estalagem da Serreta com um maior número de capacidade e algumas estruturas complementares que possam servir de apoio à mesma.

Em relação à situação que me põe relativamente à SATA, uma parte da pergunta encontrará a resposta na minha intervenção. A segunda parte da sua pergunta e no que se refere a uma proposta de uma entidade turística hoteleira estrangeira que, consta, ter a participação nos serviços desta estrutura regional, julgo haver aqui alguma confusão.

Foi dado conta à Secretaria Regional dos Transportes e Turismo dessa intenção de apresentar à SATA um trabalho relativo à utilização de um avião de médio curso, num transporte de longo curso, exactamente na utilização do Boeing 727 para os serviços próprios de transporte dos seus clientes, quer do continente americano quer da Europa.

Efectivamente, este trabalho foi apresentado à SATA. Está a ser estudado pela SATA nos seus diversos aspectos e até para determinar o aspecto financeiro.

É uma situação extremamente delicada porque se trata de uma adaptação feita num avião que passará de 120 lugares sensivelmente a ter uma ocupação possível de 60 a 80 lugares e isso penaliza extraordinariamente este tipo de aparelho.

Portanto, desde logo se põem questões de ordem, digamos, de penalização ou não deste equipamento.

Por outro lado há questões que se referem à própria utilização do aparelho, quer às necessidades da operação, quer à consideração de alternativas nas suas rotas, e que me parecem oferecer algumas dúvidas.

O assunto como disse, está a ser estudado com muita atenção por forma a que se possa brevemente dar a essa empresa a resposta que na verdade a SATA terá que dar sobre essa matéria.

No que se refere a uma pergunta relativamente ao que se entende por apoio às actividades complementares da indústria turística e respectivas infra-estruturas, isso significa exactamente o seguinte:

Para fazer turismo em qualquer região não é necessário apenas contarem-se com instalações hoteleiras, é preciso ir mais longe, e é preciso, junto das proximidades das instalações hoteleiras, dotar algumas infra-estruturas que sirvam de motivação à animação turística.

E neste sentido que se encara, em matéria de desenvolvimento turístico, os campos de golfe, os campos de ténis, as piscinas, os pequenos

arranjos urbanísticos e toda uma série de situações que são necessárias fazer-se para que na verdade possa haver qualificação de um regime turístico com força suficiente para atrair fluxos que importem, na verdade, no sentido do desenvolvimento e se queremos alguma vez sair da mediania das 1.500, 2.000 camas.

Portanto há que actuar junto das infra-estruturas hoteleiras mais significativas e daquelas outras que pela sua dimensão possam necessitar dum complemento para, digamos, animação do turismo, de algumas infra-estruturas que possam na verdade ajudar a prender o turista.

Aliás, quem conhece alguns recintos turísticos, facilmente verificará que muitas das coisas que se conseguiram não são apenas dos hotéis, são fora dos hotéis, como os pequenos arranjos urbanísticos feitos com muita simplicidade mas com muito gosto que prendem e que levam grandes quantidades de turistas a estes recintos.

Por outro lado, é também a partir do apoio a actividades complementares que se tem vindo a apoiar e a incentivar o aparecimento de actividades de tipo cultural e popular com vista a na verdade podermos proporcionar aos turistas que nos visitam um mínimo de aproximação aos nossos costumes e às nossas tradições.

E nesse sentido que se tem vindo a apoiar não só algumas actividades como é o caso por exemplo de algumas festividades que se realizam na Região, mas também a apoiar alguns ranchos folclóricos e alguns grupos de cantares quer na Região, quer fora dela, quando se deslocam no sentido também de propagandear a Região como assunto turístico.

Em relação aos problemas relativos à Zona Franca isto é uma matéria que suponho que o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento já deu resposta.

Em relação finalmente ao aeroporto de Santa Maria que o Sr. Deputado Fernando Monteiro diz estar a degradar-se, perguntando "até quando o Governo contempla impávido esta situação", eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Fernando Monteiro que o Governo não contempla impávido nenhum problema dos que passam nesta Região.

O Governo pode ter maiores ou menores dificuldades em resolver problemas mas não se queda na contemplação dos mesmos.

O que na verdade se passa em Santa Maria é uma estrutura que ali está desde os anos 40, está à responsabilidade de uma entidade que não está regionalizada, que não depende do Governo Regional e tanto quanto eu sei, e estou informado, desde 1976 o Governo vem insistindo para que se recupere a degradação, que eu concedo, aceito e sei que é assim, a que chegaram as instalações ou algumas instalações do aeroporto de Santa Maria.

No sentido de colaborarmos com a entidade que tem à sua responsabilidade as estruturas do aeroporto de Santa Maria, o Governo Regional, durante este Verão, teve que chamar a si e tomar a seu cargo a responsabilidade de manter aberto e em funcionamento o Hotel do Aeroporto e as infraestruturas junto da aerogare, o que significa alguma coisa, para além dos similares da hotelaria, portanto o restaurante e o bar do aeroporto.

Neste sentido já se estão a introduzir algumas melhorias no próprio Hotel do Aeroporto, tanto quanto sei, já algumas coisas estão a chegar a Santa Maria neste sentido, inclusivamente o problema de caldeiras para o hotel.

Já está pronto um projecto de remodelação do bar e restaurante, temos entre mãos já um trabalho para a remodelação do mobiliário do Hotel de Santa Maria.

Há um projecto que está concluído sobre a remodelação e os arranjos da aerogare, propriamente dita, do aeroporto. Esperamos que em breve possamos, na verdade, com algumas obras que são sobretudo simples, adequar a aerogare do aeroporto de Santa Maria às funções que desempenha na Região, e dar sobretudo uma imagem diferente a quem passa naquele aeroporto, do que é a Região e do que é o nosso País.

Julgo ter respondido às perguntas formuladas pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro pretende pedir mais um esclarecimento. Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Secretário, eu no que respeita ao ponto 8 da Zona Franca, ou quando pergunto aqui como situa a Zona Franca no planeamento turístico, pois, a resposta que o Sr. Subsecretário Nunes Liberato me deu não enquadrava esta realidade, como eu também esperava que não enquadrasse, porque eu não lhe fiz a pergunta.

Portanto, estamos bastante apreensivos pela perspectiva de uma Zona Franca invadir Santa Maria, embora queiramos a Zona Franca, eu sou um dos que luta por ela, com aspectos negativos, pois, vemos a componente turística altamente bem preservada e conduzida, a grande alternativa para extensão da própria Zona Franca lá.

Pode ser que não seja viável mas queria ser esclarecido pelo Sr. Secretário na medida do possível.

Presidente: Sr. Secretário Regional, tem a palavra para mais este esclarecimento.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Madruga da Costa): Como é do conhecimento do Sr. Deputado Fernando Monteiro, e já aqui foi dito pelo Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Integração Europeia, a verdade é que a

Zona Franca de Santa Maria, pois, para além da generalidade do Decreto Lei que a virá constituir, terá que ser regulamentada.

Tanto quanto eu sei e tanto quanto eu visio-no, o que será a Zona Franca de Santa Maria, será sempre uma situação que se refere essencialmente à zona do aeroporto.

O aeroporto, no caso de Santa Maria, tem áreas disponíveis muito grandes onde é fácil implantar todas as infraestruturas necessárias ao funcionamento desta Zona Franca e que dificilmente bulirão com qualquer planeamento turístico que necessariamente não vai dar junto das áreas ao aeroporto.

Perso portanto que não há, no caso concreto, qualquer incompatibilidade entre as duas situações. Bastaria, aliás, lembrarmos do caso de outras zonas por esse mundo, concretamente aquela em que tivemos oportunidade de estar juntos, nas Canárias, para verificarmos o que significa em termos de compatibilização de Zona Franca e de turismo, sendo certo porém que no caso concreto das Canárias a situação seria até mais aguda porquanto as situações urbanas que naquelas ilhas existem no caso concreto de Las Palmas e Tenerife, são à partida mais peralizadas de uma corrente turística do que é e será necessariamente o caso de Santa Maria.

Presidente: Eu suponho que será agora o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social e penso que teremos esgotados os Srs. Secretários.

Secretário Regional do Equipamento Social (Bernardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Carlos Mendonça perguntou-nos quais as medidas que o Governo tinha relativamente à protecção contra o depósito de detritos de vária natureza na Zona Económica Exclusiva.

Eu tinha a dizer-lhe que isto é um problema especializado e o Laboratório de Ecologia da Universidade dos Açores, aliás, já fez um trabalho de precaução relativamente a este assunto que foi portador o Sr. Presidente do Governo junto das instâncias internacionais relativamente a este problema.

Entretanto, fizemos já uma reunião, na Região, da Comissão Nacional da Poluição do Mar com vista à abordagem destas questões.

Eu tenho esperança que muito brevemente haja uma representação efectiva da Região nesta Comissão e então nessa altura teremos efectivamente a nossa voz a nível nacional e também a nível regional sempre que fôr necessário, através das instâncias respectivas.

A Sra Deputada Adelaide Teles perguntou-me o que é que se passava com a habitação dos técnicos para outras ilhas.

Eu queria referir que há algum tempo a esta parte, dadas as nossas restrições de verbas,

optamos não pela criação de grandes núcleos em ilhas pequenas de habitação para técnicos, mas sim de uma forma mais económica de resolver o problema da fixação dos técnicos através do arrendamento das habitações definidas nestas ilhas ou então pela aquisição de casas antigas que por outro lado vinha de encontro à nossa preocupação de recuperação do património que temos nalgumas destas ilhas pequenas e que dado o seu elevado custo de recuperação por particulares, viríamos conjugar as duas grandes preocupações.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foram formuladas duas questões relacionadas com as tarefas da reconstrução.

A Sr^a Deputada Fátima Oliveira, em nome dos Srs. Deputados de S. Jorge, perguntou pela possibilidade de uma solução adequada de características especiais para os problemas muito peculiares que se colocam aos sinistrados da Caldeira de Santo Cristo e outras Fajãs de S. Jorge.

A resposta que tenho a dar é afirmativa. Encara o Governo a definição de regras especiais para estes casos de sinistrados que não só perderam as suas casas com o terramoto do 19 de Janeiro, mas se viram impossibilitados de voltar a elas, e por esse facto perderam também as suas terras onde tinham estabelecidas as suas actividades económicas.

Por isto mesmo o Governo resolveu, há alguns meses, criar um grupo de trabalho que está a fazer um levantamento exaustivo dessas situações e neste grupo de trabalho participam dois deputados da Ilha de S. Jorge a esta Assembleia Regional.

Foi também formulada uma questão sobre a disponibilidade do Governo Regional apresentar a esta Assembleia um documento sobre as actividades previstas para o Gabinete de Apoio e Reconstrução no período que resta de legislatura até 1984.

A resposta do Governo é também afirmativa. Este documento está elaborado, e é minha intenção entregá-lo na Mesa da Assembleia Regional possivelmente ainda antes do encerramento dos debates sobre o Plano a Médio Prazo.

Acrescento que o Governo entende desejável e também possível manter durante o período que medeia até ao final da Legislatura, o esforço da reconstrução fora da planificação da actividade normal que o Governo leva a cabo para promover o desenvolvimento económico e social das nossas ilhas.

Dai que este documento surja à margem do Plano a Médio Prazo incluindo embora programas

e intenções de investimento que se referem ao período abrangido pela vigência do Plano a Médio Prazo.

Foi intenção do Governo desde o princípio manter um esclarecimento detalhado a toda a opinião pública sobre estas tarefas de grande vulto relacionadas com a reconstrução dos estragos provocados pelo terramoto de Janeiro de 1980.

Por isso o Gabinete de Apoio e Reconstrução teve sempre dentro das suas actividades normais, a divulgação de relatórios com toda a veracidade e dentro dum prazo o mais curto possível, a fim de que toda a gente soubesse qual o destino das verbas recolhidas em nome da solidariedade de toda a nossa Região, do nosso País e da que nos chegou dos outros países, para financiar este esforço de reconstrução.

Estes dados estão disponíveis no documento que farei chegar à Mesa da Assembleia em devido tempo, encontram-se detalhados e por via dele se demonstra como é falsa a afirmação que por vezes, tenho sabido correr, de que o Governo Regional ter-se-ia aproveitado, dado que a mesma é falsa, das verbas recolhidas e destinadas à reconstrução para a realização dos seus próprios investimentos planeados e incluídos no Plano Anual.

De cada uma das quantias recebidas até ao centavo se dá conta. A sua aplicação foi feita exclusivamente nos grandes programas porque se divide a actividade do Gabinete de Apoio e Reconstrução e isto mesmo se comprovará.

Aliás, através do esforço do esclarecimento e divulgação destes dados desde o princípio das actividades do GAR, é possível que toda a gente de boa fé esteja ao corrente dos critérios de actuação do Governo Regional nesta matéria que não poderiam deixar de ser do mais extremo rigor.

O financiamento das actividades desenvolvidas pelo GAR no apoio aos sinistrados, imediatamente após o sismo, e nas tarefas de reconstrução foi, até agora, suportado pelas verbas recolhidas no fundo de apoio à reconstrução. Os dados que constam do documento que farei presente a esta Assembleia demonstram, com o último ponto de referência em 31 de Agosto do ano corrente, qual o destino dessas verbas, qual o saldo então existente e deixam ficar bem claro que a actividade da reconstrução, pelo Governo considerada uma das actividades mais urgentes e manifestamente prioritária da sua actuação, terá de prosseguir através da utilização de novas fontes de financiamento que correponderão ao assumir de compromissos por parte da Região com a largueza de vistas, o rigor e a generosidade também que uma tarefa desta natureza, de forte conteúdo humanitário, para além da sua significação económica e social para a nossa Região, tem inevitavelmente que

revestir.

Muito obrigado.

Presidente: Agradecemos ao Sr. Presidente e aos Srs. Membros do Governo a longa série de respostas a perguntas, sendo de passar agora à abertura dos debates.

Perso que é o momento de fazer-mos uma interrupção que quebra um pouco o ritmo que temos vindo a seguir.

Vou suspender os trabalhos até às 18.15 horas.

Estão suspensos os trabalhos.

(Eram 17.40 horas)

Presidente: Pois vamos então dar início aos debates sobre a proposta do Plano a Médio Prazo.

(Eram 18.15 horas)

As intervenções seguirão a regra regimental segundo a qual cada interveniente, contando-se por intervenientes tanto os deputados como os membros do Governo Regional, naturalmente incluindo o seu Presidente, têm direito a fazer duas intervenções: uma primeira por um período máximo de 20 minutos e uma segunda por um período máximo de 10, tendo porém o proponente, na ocorrência, naturalmente o Sr. Presidente do Governo Regional direito a uma primeira intervenção de meia hora.

Vou dar a palavra, para uma primeira intervenção neste debate, ao Sr. Deputado Manuel de Melo.

Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Manuel de Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

De há anos a esta parte o transporte aéreo é o único meio de transporte de passageiros entre algumas ilhas da Região e entre essas e o exterior.

Por muitos anos, só algumas tiveram esse privilégio e esse encargo também, dado o custo da sua utilização.

Terão, sem dúvida, beneficiado em muitos sectores e aspectos essas ilhas e que, à partida, as projectam ou projectaram, para etapas de desenvolvimento que outras ainda não atingiram.

Se o problema dos passageiros foi, ou é, em parte resolvido pelo transporte aéreo, o problema do transporte de certas mercadorias perde já, há muito tempo, a preferência pelo transporte marítimo, dados os factores de custo transporte-descarga, que muitas vezes o tornam incompatíveis para o importador. De facto, o transporte de mercadorias deverá ser, como se afirma no Plano, em grau sempre crescente definido em função das necessidades previamente expressas por parte dos diferentes agentes económicos que dele necessitam.

Para isso o Governo Regional começa por

incluir no Plano a Médio Prazo a construção das infraestruturas portuárias e aeroportuárias que venham a inverter o sentido da tendência especulativa e de inflação ascensional, ou, pelo menos, atenuar a sua tendência, reduzindo, em muito, o custo dos transportes quer marítimos, quer aéreos.

E essas infraestruturas, sempre muito dispendiosas, são uma opção em boa hora feita, e que vai levar os Açores ao nível do País, há muito dotado dessas infraestruturas. Prossegue-se assim o esforço do Governo Regional indispensável no seu caminho para o desenvolvimento social e económico, o que vai facilitar a circulação de pessoas e bens, acelerando o desenvolvimento do turismo, possibilitando a elevação da qualidade de vida da população dos Açores.

Assim, além do programa dos portos nas diversas ilhas deles carecidos e onde grandes opções foram tomadas, como por exemplo o porto da Praia da Vitória que se tornará um polo de desenvolvimento da ilha, atraindo outros investimentos que normalmente andam sempre interligados à criação de infraestruturas desta natureza, prossegue o grande esforço no campo das infraestruturas aeroportuárias.

É, de facto, com satisfação que vemos a rubrica dotada com 150.000 contos para Ponta Delgada, 200.000 contos para S. Jorge, 25.000 para o aeródromo do Pico, 5.000 na pista do Corvo e ainda 50.000 para aerogares e equipamento aeroportuário, só para o ano de 1982.

Gostaria de salientar aqui a importância do investimento nas Ilhas de S. Jorge, Pico e Corvo, dado que a Graciosa tem já o seu problema resolvido.

Para arrancar estas ilhas ao isolamento em que vivem, desde há séculos, e o que isso representa de sofrimento e de dor para quantos, por motivos de saúde têm que procurar os meios adequados de tratamento.

É, de facto, de justiça salientar a justeza da opção feita pelo Governo Regional nestes poucos anos de governo, quando, durante dezenas de anos, só importava manter as pessoas isoladas, divididas, separadas, mas sempre abertas as portas das Recebedorias para colectar os impostos e taxas que só beneficiavam as cabeças de distrito. Essa época já acabou, e as pessoas pagam, mas vêem que há um Governo que por elas se interessou, e está a procurar minimizar dificuldades velhas de séculos.

Gostaria de salientar ainda a importância do investimento na construção da nova pista do aeroporto de Ponta Delgada.

O aeroporto de Ponta Delgada é uma estrutura grandemente penalizada, mesmo para o actual tráfego que serve. Poucos sabem que a própria TAP deixou de operar com o B727/200 porque esteve

quase a acontecer, naquele aeroporto, o que aconteceu no aeroporto de Santa Catarina. Ainda há dias o TAP197, na aproximação final, detectou uma avaria no trem de aterragem que o impossibilitava de aterrar em Ponta Delgada, por ser curta a pista, e teve que desviar para Santa Maria, porque a pista tem mais que 3 kms. de comprimento. Note-se que se tratava do B727/100, que já aterrou no aeroporto da Horta, que tem 1.500 metros de pista. A falta de visão e as exigências das autoridades, na altura da construção do aeroporto de Ponta Delgada, que o quizeram às portas da cidade, criaram esta situação. Essa falta de visão condiciona já há anos o desenvolvimento de S. Miguel, dado que, se o não tivessem tirado de Santana, há anos que a pista, em vez dos actuais 1.800 metros, teria mais de 3.000 metros.

Daí que, essa situação não mais se possa manter. S. Miguel tem necessidade de uma pista para aviões de longo curso; os Açores precisam que Ponta Delgada tenha uma pista de longo curso visto que, da sua existência, dependerá o desenvolvimento de S. Miguel, o que é dizer mais riqueza para os Açores, mais possibilidade de distribuir pelos mais carecidos, gerando riqueza para a Região que nas actuais circunstâncias se está a desperdiçar.

E digo desperdiçar porque S. Miguel já perdeu um Sheraton porque a pista não serve. Estão em construção dois hotéis de super luxo que não são para eu ocupar.

Há mais toda uma movimentação de indústrias e hotéis, umas em construção, outras em vias disso, cujo coeficiente de rentabilidade depende da operacionalidade do aeroporto de Ponta Delgada, do escoamento, por via aérea, de bens produzidos ou a produzir, a importar ou a exportar.

Há ainda que ter em conta que a conjuntura internacional está a condicionar e a alterar todo o esquema antigo de exploração das linhas aéreas regulares, de quase todas as companhias de aviação mundial. O dia das chegadas às terças, quintas e domingos está cada vez mais comprometido. As pessoas têm que se convencer que não se pode aguentar por mais tempo o déficite de exploração das carreiras regulares no transporte aéreo.

No moderno esquema de exploração das linhas aéreas, as escalas intermédias serão canceladas pelas razões atrás apontadas. Portanto, mais tarde ou mais cedo, serão abandonadas pela TAP as escalas intermédias aquando da entrada em serviço dos L1011. E a razão é simples.

A TAP terá este ano um déficite de exploração de 5 milhões de contos. Um prejuízo que representa mais do que os prejuízos previstos para o conjunto de todas as empresas de transportes (incluindo a CTM) nacionalizadas.

Daí a necessidade de adopção por parte das companhias de aviação de enveredar pelo esquema dos charters. E essa possibilidade da organização desses charters só é viável com a eliminação das escalas intermédias.

E assim se caminha para que os charters a efectuar para S. Miguel tenham aquele aeroporto por destino final; os que se destinarem ao transporte de passageiros destinados às ilhas dos Grupos Central e Ocidental terão como destino final as Lages, e os destinados a Santa Maria a aterrarão. O resto será tráfego interno ou territorial que continuará a processar-se com escalas onde ele exista.

Assim, está justificada a necessidade e urgência na construção da nova pista do aeroporto de Ponta Delgada para que possa receber esses fretamentos e incrementar as importações e exportações de bens produzidos ou a importar. E assim se conclui também que os aeroportos internacionais dos Açores, a não ser que haja grande movimentação militar, estão condenados a servir só o tráfego charter, interno ou territorial.

Pelo que acabo de expôr vou dar a minha aprovação às propostas do Plano a Médio Prazo 81/84 agora em apreciação nesta Câmara.

Disse.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Roberto Amaral.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

É numa situação económica particularmente desfavorável, quer a nível internacional quer a nível nacional, que o Plano a Médio Prazo para 1981/84 da Região, ou melhor dito, do Governo Regional vai ser implementado.

Porque a nossa Região é pequena, dispersa e altamente dependente do exterior, facto que lhe confere uma grande fragilidade, importa analisar com um certo rigor e algum pormenor a situação económica internacional e nacional que servirá de enquadramento à implementação do plano de investimentos do Governo Regional.

Uma leitura atenta à análise internacional feita no Plano para 1981/84 faz ressaltar de imediato a sua superficialidade, que se encontra bastante incompleta e que está orientada no sentido de facilitar as conclusões expressas na página 4 e que importa reter: - imagem de incerteza no futuro da economia internacional pretendendo-se com isto justificar a não quantificação de metas a atingir (que constitui no fundo o cerne, a essência, da própria actividade de planeamento) e a sua substituição por um conjunto de "iniciativas concretas" que se afirma, mas que não se demonstra, serem coerentes.

Relativamente ao 1º aspecto - incerteza no futuro - pois é um facto que qualquer previsão

é incerta; no entanto é sempre possível, e é o que usualmente se faz, apontar tendências de evolução e tentar quantificá-las.

Ao que julgamos saber as previsões que existem para o conjunto de países da O.C.D.E. apontam no sentido de uma recuperação da actividade económica a iniciar-se em 1982 e a projectar-se nos anos seguintes. Tal inflexão nas tendências de desenvolvimento será, segundo os analistas, particularmente acentuada nos países da Europa, o que determina que as previsões efectuadas para 1982 para o conjunto de países da OCDE - crescimento do Produto Nacional Bruto de 2%, taxa de inflação ao nível dos 9%, diminuição dos déficits das Balanças de Transacções Correntes de cerca de 30% - deva ser mais acentuada nos países europeus.

As perspectivas são pois, numa óptica de Balança de Pagamentos, no sentido da evolução dos termos de troca nas relações entre os E.U.A. e a Europa ser favorável a esta.

Esta previsão de reanimação da actividade económica é evidente que não ocorrerá simultaneamente em todos os países da Europa, podendo mesmo haver alguns onde tal retoma se não verifique. Tudo dependerá da estrutura das respectivas economias e da situação económica acumulada do passado.

Relativamente a Portugal, os indicadores de actividade económica disponíveis e as próprias declarações oficiais confirmam uma forte aceleração do processo inflacionista e um abrandamento no ritmo de crescimento do investimento.

Se o agravamento da inflação era esperado, pois mais não é do que o explodir de uma situação de compressão artificial de preços e de medidas económicas de tipo eleitoralista, tomadas de facto em período de eleições, já o abrandamento do investimento é um tanto surpreendente uma vez que não sendo atribuível a restrições na política de crédito, que as não houve, só pode atribuir-se a falta de confiança e ao clima de incerteza sentido pelos diferentes agentes económicos na política definida pelos governos AD.

Quanto à Balança de Pagamentos Nacional, pois o que já se conhece indica-nos um substancial agravamento do déficit da Balança de Transacções Correntes, deixando antever que no final do ano teremos dos déficits mais elevados de sempre.

Tal situação, que também não constitui uma grande surpresa para nós, apenas parcialmente poderá ser explicada pelo prolongamento da recessão da economia mundial. Ela é, como já referido, fundamentalmente o resultado das políticas dos Governos Centrais que não souberam, ou não quiseram, tirar proveito da situação de estabilidade financeira, a muito custo conseguida pelos governos anteriores aos da AD, e que permitiria agora

o relançamento da economia portuguesa dentro do quadro favorável da situação económica internacional que, também como já referido se prevê venha a ocorrer a muito breve trecho.

Afigura-se-nos que no nosso caso concreto, a continuação de uma política como a que tem vindo a ser seguida, com sucessivas paragens e arranques - política conhecida já pela designação de "stop and go" - não conduz a parte nenhuma; antes tenderá a agravar cada vez mais a nossa já tão difícil situação. Há é que criar as condições políticas e assegurar os meios técnicos e financeiros necessários para, decididamente, se iniciar uma política desenvolvimentista, com objectivos claramente definidos dentro da perspectiva de integração futura na CEE. Para isso torna-se pois necessário assegurar uma estabilidade política, assente em bases coerentes por forma a lhe dar solidez e duração e em ordem a assegurar a convergência de interesses e de aspirações da grande maioria das populações.

Em termos prospectivos, temos pois que a situação económica nacional não se apresenta nada brilhante configurando-se já uma repetição das políticas económicas e financeiras ensaiadas num passado recente e o regresso às temidas e tão pouco simpáticas medidas restritivas.

Só que agora a recuperação será mais difícil. Só que agora, e supondo novamente estabilizada a situação, o arranque para um processo de desenvolvimento continuado terá custos mais elevados para todos nós.

E pois neste enquadramento internacional e nacional, que condicionará todo o desenvolvimento económico e social da Região, que o Governo Regional vai implementar o seu plano de investimentos a médio prazo. Com um optimismo exagerado e a nosso ver pouco prudente, fruto certamente das facilidades económicas e financeiras que sempre encontrou no passado. Optimismo igualmente pouco realista porque assente numa visão deformada da realidade que o leva a encontrar facilidades financeiras onde **agora**, repito, onde **agora**, o que existem de facto são dificuldades. E a prová-lo está a não cobertura integral do déficit de 1981. E a prová-lo estão ainda as dificuldades sentidas na cobertura do déficit do Orçamento para 1982 para o qual apenas se conseguiu cerca de 2,8 milhões de contos. Estão por cobrir ainda mais de 4 milhões de contos, que a não serem conseguidos através de transferências do OGE, levará o Governo Regional a endividar novamente a Região se quiser cumprir o programa de investimentos para 1982 sem comprometer o pagamento dos salários e restantes despesas correntes dos diferentes serviços e departamentos da Administração Pública Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Plano a Médio Prazo agora aqui em

apreciação, e ao qual o Governo Regional vem dando o melhor da sua atenção desde 1979, terá, por força do preceituado no artigo 79º dos Estatutos de Autonomia da nossa Região que ser:

- imperativo para o sector público regional;
- obrigatório por força de contratos-programas para as empresas públicas e nacionalizadas sob tutela do Governo Regional;

- e indicativo para o sector privado.

Após tão demorada gestação, de cerca de 2 anos, esperava-se um documento mais cuidadosamente elaborado por forma a dar satisfação a estes imperativos estatutários e apresentando os diferentes programas sectoriais melhor coordenados e compatibilizados entre si.

Quanto ao 1º requisito legal apontado - imperativo para o sector público - pois duvida-se que o seja porquanto, e para além do facto de não estar assegurado o seu integral financiamento, a experiência do passado aponta no sentido dos objectivos e programas de investimento enunciados pelo Governo Regional nos planos pluri-anuais não terem tido nos diferentes planos anuais a expressão correspondente.

Quanto à obrigatoriedade do plano para as empresas públicas e nacionalizadas sob tutela do Governo Regional, pois desconhece-se se até ao momento já foi elaborado e assinado algum contrato-programa entre estas empresas e o Governo Regional.

Julga-se que não é pena pois as empresas públicas regionais não podem, **de maneira nenhuma**, serem objecto de sistemáticas intervenções dos órgãos responsáveis pela sua tutela, que sendo órgãos de natureza política tenderão naturalmente a encará-las como instrumentos de intervenção conjuntural.

Entendemos que as empresas do sector público regional, dada a sua importância e localização sectorial estratégica, não podem ser utilizadas para prosseguir objectivos imediatistas de natureza política **mas sim** como um meio privilegiado de prossecução de objectivos a médio e longo prazos; como um meio de operar transformações de natureza estrutural na economia.

Somente através da elaboração destes "contratos programas" se porá termo a eventuais interferências casuísticas por parte das Secretarias Regionais de tutela que, para além de dificultarem a gestão e definição de objectivos das empresas, impedem também a clara responsabilização dos seus gestores.

Relativamente ao último requisito - indicativo para o sector privado - ressalta da leitura atenta do Plano que este se limita à enunciação vaga e abstracta de objectivos gerais; nada está quantificado em termos de metas a atingir o que, como já referido, é a negação da própria actividade de planeamento;

não aparece claramente definida uma estratégia de desenvolvimento regional, não se nos afigurando por conseguinte que o sector privado da economia saiba quais efectivamente as regras do jogo e quais os apoios objectivos com que pode contar do Governo Regional por forma a definir com rigor e determinação para onde orientar preferencialmente a sua actividade.

E era importante que tudo isto ressaltasse do Plano com clareza pois ao sector privado da economia caberá um importantíssimo papel no processo de adesão à CEE.

Será efectivamente na esfera da actividade privada que se repercutirão com particular intensidade os efeitos derivados da abertura das nossas fronteiras e da consequente liberdade de estabelecimento de empresas e da livre movimentação de pessoas e de capitais. Será pois fundamentalmente na esfera empresarial que se terão de desenvolver as acções necessárias e consolidar as estruturas de produção em ordem a preparar a nossa economia para o choque adveniente das novas regras de concorrência e da abertura dos novos mercados europeus.

Neste domínio, particular importância poderá assumir para a Região a criação de uma ou mesmo mais Sociedades de Desenvolvimento Regional.

Na realidade, constituindo estas Sociedades instrumentos de intervenção potencialmente eficazes ao serviço do desenvolvimento regional e da modernização das economias, afigura-se-nos que será de dar todo o apoio e de dinamizar a sua criação na nossa Região.

Julgamos mesmo ser esta a altura indicada para a criação de tais Sociedades e que a perder-se agora esta oportunidade se está a atrazar perigosamente a revitalização da nossa economia, facto que é tanto mais grave quanto mais perto estiver a nossa adesão à CEE, comunidade esta infelizmente ainda tão mal conhecida por todos nós.

Na realidade, numa sondagem recente efectuada no Continente revelou que 59% dos portugueses não sabiam o que era o Mercado Comum e que grande parte dos restantes 41% tinham sobre ele ideias totalmente erradas.

Aqui na nossa Região, estou convencido de que se igual sondagem fosse efectuada seriam ainda piores os seus resultados.

Isto porque não existe infelizmente, uma divulgação e difusão adequada de informação sobre o que é o Mercado Comum, os problemas com que ele se debate e as consequências - positivas e também negativas - que para nós advirão da integração na Comunidade.

Devo honestamente confessar que eu próprio, talvez por não pertencer às estruturas governamentais e não militar no Partido que as suporta, encontro bastantes dificuldades

de informação e, conseqüentemente, de me aperceber com rigor das conseqüências da adesão nos diferentes domínios sectoriais.

É pois com interesse e alguma expectativa que aguardo a constituição do anunciado "centro de documentação sobre a CEE" a instalar, ou já em instalação, desconheço, na Universidade dos Açores. Serei um seu assíduo utilizador.

Não obstante estas falhas de informação, entendo no entanto, que o projecto de adesão deverá ser aproveitado por todos os agentes económicos e por todas as forças sociais para dinamizarem, reestruturarem e modernizarem a nossa economia regional. Isto independentemente da decisão final ser de adesão ou não e independentemente da data em que esta se verifique, domínios estes onde aliás dispomos de muito pouco espaço de manobra e de decisão.

Quanto à data da adesão, devo até dizer que numa perspectiva meramente regional, não vejo que seja prioritário uma entrada rápida na CEE. Mais vale que o processo de adesão se desenvolva devagar mas bem do que depressa e mal. Quanto melhor avaliados forem os efeitos da adesão na nossa frágil economia, quanto mais tempo tivermos para preparar as nossas estruturas produtivas para o choque da adesão, melhor acautelados ficarão os interesses regionais e mais solidificada ela ficará.

Afirmada que está politicamente a nossa vontade de aderir à CEE, expresso que está o nosso desejo de consolidação do regime democrático e autónomo, que presumimos esteja já assegurado em termos irreversíveis, importa olhar com cuidado os aspectos económicos do processo sob pena de, **também neste domínio**, podermos vir a comprometer irremediavelmente a nossa autonomia regional. Isto no sentido de ficarmos inteiramente dependentes de interesses e de centros de decisão localizados fora da Região.

É toda esta problemática de adesão, que não obstante definida como objectivo prioritário do Plano a Médio Prazo, não vemos que tenha sido suficientemente tratada ao longo das suas 420 páginas.

E toda esta problemática da adesão que não vemos expressa de uma forma consistente na programação dos diferentes sectores de actividade.

Disse.

Presidente: Vou dar agora a palavra ao Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Secretário Regional do Trabalho (Alvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Cumpra-me apresentar a política de trabalho e de emprego do Governo para o próximo triénio.

O que procurarei fazer de forma sintética, mas completa, situa-se no quadro dos valores duma visão humanista e reformista do mundo do

trabalho.

Falar do trabalho é sem dúvida falar do homem. É pelo trabalho que o homem subsiste, se enriquece cultural e moralmente, se valoriza como ser, progride tecnicamente e consolida e desenvolve a comunidade em que se insere.

É pelo trabalho, consciente e produtivo, que o homem se realiza. Respeitar e dignificar o trabalho é respeitar e dignificar o próprio homem.

Garantir o trabalho, livremente escolhido e remunerador, é garantir a estabilidade social e económica, salvaguardar os valores essenciais da humanidade, a paz, o progresso dos povos e a própria criatividade.

Encontra-se definitivamente ultrapassado o tempo em que a intervenção dos poderes políticos no mundo do trabalho se esgotava simplisticamente assim que estivesse assegurada uma remuneração mínima aos desempregados por meio de subvenções ou de qualquer outro meio.

Convém com efeito, tendo em conta as características mais marcantes da evolução social e económica, ir bastante mais longe sem que isso se traduza em intervencionismo, paternalismo, ou na concretização de qualquer outra forma de tutela.

No domínio das relações do trabalho, reformar significa hoje libertar a contratação colectiva, autonomizar as relações que se estabelecem entre sindicatos e associações patronais, entre empregados e empregadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O desenvolvimento dos nossos recursos humanos configura-o um imperativo lógico e necessário, porque é em função dele que o desenvolvimento económico deve ser medido e orientado, porque constitui um factor decisivo numa Região como a nossa, pequena, isolada, dispersa e flagelada por uma expressiva corrente emigratória, felizmente em fase de regressão.

A população activa desempregada ou em situação de sub-emprego representa uma sobrecarga social de elevados custos económicos e orçamentais, bem como uma potencialidade de desenvolvimento inaproveitada.

Importa assim, no âmbito da política de emprego, assegurar o desenvolvimento dos recursos humanos, por forma a que o ritmo de crescimento e desenvolvimento não seja prejudicado pela falta de trabalhadores com as qualificações necessárias, subjacentes à definição e execução da política de emprego para o próximo triénio, relevar uma preocupação constante e activa de estímulo ao progresso económico e da adaptação da mão de obra às exigências do mesmo.

Tem-se ainda em conta que a progressiva modernização, dos métodos e estruturas da economia regional, exige a verificação das seguintes

condições essenciais:

- Viabilização do pleno emprego produtivo livremente escolhido e remunerador;

- Mobilidade inter-profissional e geográfica dos trabalhadores;

- Suficiência de formação profissional, na expressão global privada e pública para o conjunto da economia.

Tal circunstancialismo forçará a realização de investimentos consideráveis em acções de formação profissional dirigidas à preparação e qualificação profissional dos jovens e adultos chamados a exercer uma profissão ou que a exercem já.

Merece o mesmo nível de atenção e empenhamento activo, o problema da integração na vida activa dos deficientes, igualmente se ponderará profundamente a problemática respeitante à conformação da oferta do sistema educativo com a procura derivada do sistema económico sem prejuízo obviamente da liberdade de escolha de profissão.

Estas considerações conduzem-nos à conclusão de que a formação profissional tem que ser intensificada, alargada a outros sectores, nomeadamente ao sector terciário, concretizada no local onde fôr necessária e preferencialmente nas empresas, desde que estas tenham capacidade para tal.

No quadro da política de emprego, embora na nossa Região o desemprego existente seja de apenas 3%, preocupa-nos realmente esse tão pouco esperado e desejado mau casamento entre a inflação e o desemprego que atinge todo o mundo, mesmo nos países tradicionalmente considerados mais desenvolvidos.

Igualmente prende a nossa atenção e reclama medidas, o facto de entre nós existir significativo nível de sub-emprego, de se registarem carências apreciáveis em mão de obra especializada, de se notarem importantes deficiências no domínio da organização empresarial e por outro lado, por termos mais de 40% dos desempregados do sexo feminino, mais um quarto dos empregados serem jovens até aos 19 anos, cerca de metade dos empregos serem integrados por indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e 34 anos, e isto de acordo com os elementos mais recentes de que disponho e que se referem ao mês passado.

São conhecidas as causas do desemprego dos jovens, assim como os motivos que determinam esse considerável afluxo de mulheres, ao mercado de emprego, que hoje se regista.

No entanto, neste momento, mais importante do que a discussão das causas é sem dúvida a consideração das medidas que preconizamos para combater a situação verificada.

Não se pense, todavia, que o problema é

de solução imediata, nem que se podem criar postos de trabalho específicos para jovens e para mulheres. O que é possível resolver é estimular toda a actividade económica, melhorar a transparência do mercado, aumentar a capacidade de emprego daqueles que procuram pela primeira vez ou que são libertos pela reconversão, promover a mobilidade profissional e incentivar a mobilidade geográfica dos trabalhadores.

Isto implica obviamente o funcionamento de um sistema aperfeiçoado de informação e previsão do mercado de trabalho, medidas adequadas no campo da colocação dos trabalhadores, da informação e orientação profissional, da organização das empresas no que toca à área de função pessoal e da mobilidade interna incluindo a informação, reciclagem e reconversão de profissionais, o estudo e a criação de estímulos às mobilidades geográficas, removendo os obstáculos que se levantam no domínio dos transportes, instalações e residências e, finalmente, em cooperação com as entidades privadas a promoção de acções de formação profissional, aprendizagem, reciclagem e aperfeiçoamento.

Todas estas medidas aliadas às que se dirigem especificamente à preparação profissional dos jovens e que lhes possibilitam aumentar a sua capacidade de emprego, e às que se destinam a promover a igualdade da mulher no emprego, vêm descritas no Plano, em programas que se consideram adequados e realistas.

Assim, os grandes objectivos da política de emprego são:

- Reduzir o desemprego ainda existente;

- Combater o sub-emprego;

- Aumentar a produtividade e a capacidade de emprego;

Tendo em vista a prossecução dos referidos objectivos, atribui-se primordial importância à formulação das diversas políticas sectoriais que deverão considerar-se sempre como essencial a variável emprego bem como a participação da execução da política de emprego, dos objectivos sociais e económicos, que se prevê conseguir para a generalização e repetição dos actos de participação e consulta, abrangendo os parceiros sociais e outras entidades cuja actividade possa influenciar a situação no emprego.

Será também prestada uma atenção muito especial aos jovens, através da definição de medidas que visem a solução de problemas de primeiro emprego e bem assim a passagem da vida escolar à vida activa sem sobressaltos e sem consideráveis custos sociais.

Na mesma linha de preocupações situam-se outros extractos populacionais cujos problemas importa minimizar e resolver como é o caso das mulheres e dos deficientes.

No que respeita aos trabalhos das mulheres, o objectivo será o da integração na vida activa sem discriminações.

Em relação aos deficientes, as medidas a definir, visarão a sua inserção no mercado de emprego em condições de igualdade com os demais trabalhadores.

Reconhecendo-se a importância da formação profissional, serão definidos e postos em prática programas de formação adequados subsumíveis no quadro geral educativo e respeitando a liberdade de escolha de profissão dum lugar de formação e do local de trabalho.

Assim planeia-se entre outras medidas as seguintes:

- Garantir a aplicação de sistemas integrados de incentivos ao investimento com vista à criação e à manutenção de postos de trabalho;

- Aplicar e reforçar acções de apoio a empresas que, embora em situação económica difícil, tenham viabilidade, por mais que concretizem, processos de reconversão com vista à manutenção dos postos de trabalho;

- Melhorar o sistema de informação e previsão do mercado de trabalho, bem como o funcionamento dos serviços de colocação de trabalhadores na Região;

- Estudar a colocação de estímulos à mobilidade geográfica;

- Implementar, em colaboração com a Secretaria Regional da Educação e Cultura, um sistema coordenado de informação e orientação escolar e profissional;

- Promover acções de formação profissional com carácter de regularidade nas diversas ilhas do arquipélago e de acordo com as necessidades reveladas por cada uma.

Contudo, se a política de emprego é essencial, o trabalho, que com ela se associa intimamente, não o é menos, nem merece menor atenção por parte do Governo.

Garantir um emprego remunerado e livremente escolhido, não basta, é preciso promover o livre desenvolvimento das relações de trabalho e assegurar boas condições da prestação do mesmo.

E necessário igualmente, e isto constitui uma intenção firme do Governo, garantir a todos os trabalhadores da Região, independentemente do local onde prestam trabalho ou da natureza da entidade empregadora, a aplicação da lei laboral vigente na Região, no País, assegurando que os seus direitos fundamentais, enquanto trabalhadores, não serão atropelados nem diminuídos.

No domínio das relações de trabalho, as vias legislativas e administrativas serão cuidadas sempre como garante dos direitos dos trabalhadores e empregadores, como meio de promover o equilíbrio dos interesses em jogo, nos quais também se

incluem os interesses globais da economia regional.

Procurar-se-á também a integração e esquematização da legislação laboral em ordem à sua transparência e aplicação rigorosa.

A intervenção do Governo no âmbito da contratação colectiva, far-se-á sempre na base da responsabilidade que lhe cabe na relação com os parceiros sociais e uma forma não intervencionista, antes informativa, pedagógica e persuasora, fornecendo as informações e os elementos de que dispõe, designadamente estatísticos, com o objectivo essencial de contribuir para soluções socialmente mais justas.

O Governo intensificará o diálogo social alargado e promoverá a melhoria das estruturas de consultação, mas não interferirá na liberdade e no direito que o ordenamento jurídico vigente reconhece a trabalhadores e empregadores.

A política de consertação será intensificada, privilegiando-se o diálogo como um meio mais adequado de promover a estabilidade social e económica, de prevenir e resolver conflitos e até de garantir a democraticidade das relações do trabalho.

Por fim, é também propósito do Governo desenvolver uma política salarial socialmente responsável no quadro da política geral de rendimento e preços, em vista do que será brevemente criado, o Conselho Regional de Rendimento e Preços, com responsabilização de todos os intervenientes pela definição de uma estratégia salarial.

Relativamente a uma última área, ou seja, à área da higiene e segurança, o objectivo a alcançar será o da verdadeira humanização do trabalho, assegurando que o trabalho será prestado em condições de segurança física e psíquica aceitáveis.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabei de ouvir a exposição do Sr. Secretário Regional do Trabalho. Concordo com a grande parte das medidas e dos princípios definidos, como uma forma de dar dignidade ao sector laboral, mas penso que da teoria à prática vai por vezes uma distância muito grande.

Tendo em atenção o Plano de Médio Prazo de 1981/84, refere o mesmo que, de acordo com as estimativas de 1978, no sector primário, a população activa era da ordem dos 38,3%, no sector secundário de 21,4% e no sector terciário de 40,3%.

Embora o Governo opte por considerar esta

situação típica das economias em fase inicial de desenvolvimento, eu penso que ela é de facto típica de uma sociedade sub-desenvolvida que obriga, como tal, a uma transformação profunda na alteração das percentagens relativas à população activa.

É nessa medida que eu perguntava ao Sr. Secretário Regional se entrou em linha de conta com as transformações e com as estruturas que são necessárias imprimir, nomeadamente no sector secundário, no caso concreto da indústria, e, como irá a Região encontrar capacidade de resposta para proceder a toda a reconversão profissional e demais adaptação da mão de obra para dar resposta à safda desta situação de subdesenvolvimento da Região.

A segunda questão que eu lhe queria pôr, diz também respeito ao Plano de Médio Prazo para 1981/84. É uma dúvida que me subsiste e gostaria que o Sr. Secretário Regional me esclarecesse.

A páginas 111, na política do trabalho, refere que são objectivos da política de trabalho na Região, entre outros, aquele que passo a citar:

"Aperfeiçoar e progressivamente adaptar a legislação do trabalho à realidade social e laboral da Região".

Eu gostaria que o Sr. Secretário Regional me explicasse em que se diferencia essa realidade social e laboral, tendo em perspectiva os problemas e os interesses dos trabalhadores, tanto na nossa Região como em qualquer outro sitio onde se encontrem.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Trabalho tem a palavra para responder a este pedido de esclarecimento.

Secretário Regional do Trabalho (Alvaro Dâmaso): Respondo com muito gosto.

Quanto à primeira questão que me põe e que se relaciona com a capacidade de resposta da Região para com um problema que o Sr. Deputado vê existir, devo-lhe dizer que as medidas que estão consagradas no Plano, no campo da política de emprego, são, em minha opinião, suficientes para garantir essa capacidade de resposta.

E quais são essas medidas?

Por um lado, e logo à cabeça, se garante que se respeitará, nas políticas sectoriais de investimento, a variável emprego.

Também, e quanto aos incentivos de ordem financeira e fiscais que costumam ser aplicados na promoção do emprego, na produção do desenvolvimento, na produção do crescimento, na promoção do investimento, aqui está garantido este objectivo.

Assume grande importância essa formação de capacidade de resposta que pretende aquilo a que se designa por formação profissional e alargamento da mesma a outras áreas.

Neste momento, sabe o Sr. Deputado que se entendeu que a formação profissional se deveria dirigir preferencialmente, de acordo com as nossas possibilidades, para a construção civil, mas sabe também que progressivamente essa formação profissional tem vindo a abranger outras áreas, designadamente com o objectivo de preparar profissionalmente, de aumentar a capacidade de emprego dos trabalhadores que são libertos por sectores em reconstrução.

Quanto à segunda questão, e relativa ao aperfeiçoamento e progressiva adaptação da legislação do trabalho à realidade social e laboral da Região, devo dizer-lhe que consigo concordo quanto aos direitos dos trabalhadores serem aqui, no Continente e no resto do mundo, os mesmos e que a dignidade do trabalho é a mesma nestes três territórios. Portanto, quando aqui se fala no aperfeiçoamento e na progressiva adaptação da legislação do trabalho à realidade social e laboral da Região, não temos em vista, de forma alguma, qualquer diminuição dos direitos dos trabalhadores que estão consagrados pela Constituição, pelas leis em vigor e que por eles foram até conseguidos através da contratação colectiva.

Não é isto que está aqui em causa, mas sim e, sobretudo, através de mecanismos que nós temos, designadamente através da disponibilidade agora e a partir de Maio deste ano, podermos utilizar verbas que são de algum modo vultuosas e que resultam das quotizações para o Fundo de Desemprego na aplicação à manutenção e à criação de postos de trabalho.

Essa adaptação da legislação do trabalho não diz unicamente respeito à contratação colectiva, nem à contratação individual do trabalho, e não é a legislação em vigor, que conferiu direitos aos trabalhadores, que se pretende revogar ou adaptar por forma gravosa para eles, trabalhadores.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro também pediu a palavra para esclarecimentos. Tem a palavra então para um pedido de esclarecimento.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Trabalho:

Eu ouvi com muita atenção a exposição que fez, se a memória não me falha tinha lido quase tudo no Plano a Médio Prazo, porém agora queria objectivos e respostas, se possível.

Qual o volume da oferta de emprego, aproximadamente, que resultará deste Plano a Médio Prazo, portanto, à distância de 4 anos com o máximo de erro, porque eu tenho tolerância para isso?

Quais as medidas concretas para proporcionar a mobilidade geográfica, tão necessária ao equilíbrio regional e até ao ajustamento inter-secto-

rial?

Os jovens que estudam e têm cerca de 150 dias de férias, distribuídos por 3 períodos, são ou não, a partir dos 16 anos, desempregados numa perspectiva temporária, e será que esse desemprego não causa perturbações na sua formação de personalidade, como aliás temos acompanhado?

Como interpreta a tão pouca participação dos sindicatos na discussão do Plano a Médio Prazo porquanto solicitamos pareceres mesmos?

Tenho as perguntas feitas, agradeço as respostas.

Presidente: Dou então a palavra mais uma vez ao Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Secretário Regional do Trabalho (Alvaro dâmaso): As perguntas que me faz não coincidem exactamente com aquelas que tenho em meu poder. Em meu poder eu tenho 12 perguntas. Sr. Deputado, eu omiti algumas, designadamente interessantes até. Por exemplo, "como justifica a apatia dos sindicatos na Região, traduzida pela falta de tendência reivindicativa?"

Eu refiro esta pergunta porque a acho relacionada com aquela que o Sr. Deputado acabou de fazer e fê-la em último lugar.

Isto é, porquê a pouca participação dos sindicatos no Plano de Médio Prazo?

E evidente que a esta pergunta que aqui está escrita não posso responder porque não sou o destinatário dela. O destinatário desta pergunta é com toda a exactidão os próprios sindicatos.

Mas se realmente eu não posso responder a esta pergunta, eu percebo-a e compreendo-a. Realmente vejo que ela resulta duma certa dificuldade, senão total dificuldade do Partido que representa em movimentar-se no mundo do trabalho.

Realmente como justifica a apatia dos sindicatos?

Não é ao Governo que compete dinamizar os sindicatos, nem a participação dos mesmos.

Quanto, designadamente, à pergunta que me fez, e em último lugar, referindo a participação dos sindicatos na participação do Plano.

Devo-lhe dizer que tive reuniões com todos os sindicatos sediados nesta Região, incluindo delegações sindicais, que por vezes são apenas delegados, e que a todos eles foi dado, sem limite de tempo, a possibilidade de exporem todas as suas preocupações, de fazerem todas as suas sugestões, ainda em tempo útil de poder ser modificado, neste caso concreto, o Plano relativo à política sectorial do emprego e do trabalho.

Portanto, foram-lhes dadas, dizia eu, todas as possibilidades de expressarem as suas posições e de até proporem soluções alternativas.

A participação dos sindicatos, como diz,

nessas reuniões não foi de apatia, pelo contrário, foram participações bastante activas, e isto nas três cidades e com todos os sindicatos representativos, aliás consta das próprias opiniões por eles manifestadas aos órgãos de Comunicação Social.

A segunda pergunta que me faz, ou seja, "qual é o volume da oferta de emprego aproximadamente, admito o máximo de erro."

Se me permite utilizar esse máximo de erro eu diria 1 milhão, mas penso que, e agora de outra maneira, esta pergunta foi respondida com certeza e há pouco pelo meu colega Subsecretário Regional do Planeamento e Integração Europeia.

Quanto ao problema dos jovens que procuram o primeiro emprego, eu penso que fui suficientemente claro na minha exposição feita há pouco, e que se a ouvir e se tiver depois paciência para a ler novamente, encontrará nela a resposta.

Eu posso facultá-la se quiser e então será muito mais breve, e penso que respondi a todas as perguntas.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro pede a palavra para um protesto?

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Na sequência da primeira resposta do Sr. Secretário Regional sugeri-me duas ideias, e aliás tenho direito a expô-las.

A primeira é de que, pelo riso que aqui vi da bancada do PSD, verifico que também precisam de um sindicato.

Ficou-lhes grata a ideia de criarem um sindicato que, naturalmente, será o chamado "sindicato do riso".

A segunda questão, situa-se no reafirmar que o CDS, que eu represento nesta Casa, tem o mesmíssimo direito que qualquer outro Partido de defender formas sindicais e para isto também, se esteve atento à exposição que eu fiz naquela tribuna mui digna, pois terá verificado naturalmente que defendi uma forma de ser sindicalista com muita, mesmo muita, carga cristã.

Tenho completa a minha exposição.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Trabalho não pretende intervir?

Secretário Regional do Trabalho (Alvaro dâmaso): Não, Sr. Presidente.

Presidente: Então vou dar a palavra à Sra Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não se pode deixar de reconhecer que o Plano de Médio Prazo, elaborado pelo Governo Regional e apresentado pelo Sr. Subsecretário do Planeamento, possui o mérito de não fazer

mal a ninguém, ou seja, é um Plano com o qual ou sem o qual ficamos tal e qual.

(Risos)

Aliás tem sido esta a característica dominante dos documentos congéneres, desde o início, apresentados pelo Governo Regional e todas as críticas, também desde então, formuladas teriam agora inteiro cabimento.

Eu diria, parafraseando o que aqui agora passou a ser um slogan, "também daqui a um ano", simplesmente há neste Plano algo mais, ou seja, um tom de alarme, um pronúncio mal disfarçado de catástrofe que se pretende estranho à acção possível do Governo para a evitar e que o pretende eximir de qualquer responsabilidade no desastre previsível que a sua incapacidade, acompanhada da pseudo-compensatória arrogância propiciou.

Grande eloquência e arrogância, substituída esta agora pela ostentação duma pretensa audácia não colidente, embora, com a cumplicidade partidária, entre o PSD regional e nacional, são as notas dominantes deste documento como dos outros, o que enferma todos eles de um irrealismo e inexequibilidade prática confrangedores.

Passados os tempos eufóricos do anúncio da concretização das demagógicas promessas feitas para o aliciamento do eleitorado, algumas delas, porque na maioria de fachadas, mas, e por isso mesmo não prioritárias, até foram concretizadas.

E o mal acrescentado é que persiste o Governo na mesma política de auto-sobrevivência, através do expediente primário de equilibrar as reivindicações do seu eleitorado, das ilhas mais populosas, mais ricas e conseqüentemente com maior força de pressão em prejuízo daquelas com menos poder reivindicativo e de tudo necessitadas.

Exemplos flagrantes desse precário equilíbrio conseguido, de métodos expedientes menos defensáveis, são a nota dominante da actuação governamental.

Transferida sempre nas intenções, e agora por consagração no Plano, a placa giratória do aeroporto de Santa Maria para S. Miguel via Terceira, havia que compensar esta última ilha com algo substancial e grandemente eloquente, nada menos que um porto oceânico.

Não um porto, não uma doca, não um molhe, mas sim um porto oceânico, decerto que não tendo em mente a escusada diferenciação entre porto oceânico e porto fluvial pois, as tão apregoadas "potencialidades infinitas" não incluem o que já é uma limitação, ou seja, esta ridícula e megalómana asserção de qualquer curso fluvial navegável. O termo oceânico só pode deixar transparecer a grande eloquência gratuita para efeitos compensatórios.

Cuidado porém, favorecendo com essa eloquência uma infraestrutura terceirense, não vão os micalenses, até porque as verbas atribuídas

no Plano, milagrosa coincidência, são iguais para ambos os empreendimentos, achando-se minimizados ou preteridos por não terem merecido para o seu aeroporto uma adjectivação condigna, não só dado o peso relativo das duas ilhas, exigir até uma maior eloquência, dado que aeroporto internacional ou aeroporto intercontinental ainda é pouco, o que quer que isto seja, e dado o tal peso relativo a um porto oceânico, defendam-se alcaides de S. Miguel. Nada menos, nada mais do que espaço ou porto, merece.

Então para continuar a falar e a procurar termo idêntico sem êxito na imensa, na insubstituível importância geo-estratégica dos Açores, nada disso, nada mais nada menos que a infinita importância geo-estratégica da Região Açores.

Assim, penso eu, ficará restabelecido o equilíbrio das potências insulares, a par da consagração regional, nacional e internacional.

O Sr. Presidente do Governo que tem sido incansável em usar esta rampa de lançamento que é a Região Açores para a sua projecção pessoal para espaços mais amplos.

Não cuidando menos da governação local por ainda não possuir, e será isso mesmo só que lhe falta, o dom da ubiquidade ou por ter chegado à conclusão de que a catástrofe é eminente e irreversível, seja como fôr é obreiro incontestável e incontestado do tratado de vestifália açoriana.

Tanto quanto é do conhecimento geral, todas as ilhas deste arquipélago possuem isto, descendo já a duas questões pontuais e emergentes na análise do Plano, ou seja, estruturas hospitalares novas e adequadas ao desempenho da sua missão ou em vias de construção, se exceptuarmos Corvo e Santa Maria.

O hospital de Santa Maria contéplado com verbas insignificantes para a conclusão de obras que em si não o tornam capaz e funcional, instalado que foi num edifício que para tal adaptou-se.

Eu sempre me lembro dele ali, e desajaria que não fosse há tantos anos, onde ainda se encontra e segundo as intenções do Governo permanecerá, constituindo mais um exemplo flagrante do demagógico compromisso de dotar cada ilha de infraestruturas sanitárias minimamente aceitáveis e capazes de esbater os desniveis intra-regionais em ordem a repartir igualmente os benefícios sociais, objectivos estes a cada passo negados na prática.

Por outro lado, tendo sido inscritos 10.000 contos para o ano de 1981, já quase a findar, para fazer face às despesas preliminares com os estudos e projectos do futuro porto de Santa Maria, nada se sabe quanto à execução desse objectivo preliminar.

Considerando porém, a faculdade do Governo de efectuar transferências de verbas dentro

de cada Secretaria, sem qualquer espécie de controlo por parte desta Assembleia, e que a quase exclusiva actividade regulamentar do Governo, a partir do mês de Agosto até final de cada ano civil, limita-se a essas transferências, desvirtuando o Orçamento e o próprio plano, não podemos deixar de considerar que estes documentos são meras declarações de intenções a que outras sobejam, sem suporte financeiro, sem a precisão dos objectivos possíveis, e não de quimeras, em função das disponibilidades da Região, sem cotejamentos de alternativas, sem respeito pelas verbas inscritas em cada Secretaria, o que acarreta o desvirtuamento dos projectos inscritos em cada qual.

Sem respeito da respectiva prioridade relativa, não há plano diferencial. Podem chamar-lhe Plano, podem-lhe chamar o que quiserem, o povo só vê uma cortina de fumo para encobrir a arrogância e irrealismo, em que aquela já não tem, mecanismos de pressão para se manter e este permanece intocável. Irrealismo que poderá levar esta Região à falência e com ela a própria autonomia.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo regional, Srs. Membros do Governo:

A nossa posição perante este PMP passa necessariamente, pela preocupação de ver um documento destes atingir na Região Autónoma dos Açores as metas mais consentâneas com uma sociedade onde não haja classes privilegiadas nem pela política nem pelo favor ou compadrio mas onde todos tenham o mesmo acesso à saúde, à habitação, à instrução, à cultura e até ao poder de compra, considerando com igualdade de direitos todos os que nasceram no Corvo ou em Santa Maria, no Faial ou em S. Miguel.

Isto só é possível atingir planeando com a humildade de quem veste a roupa do pobre, de quem come e habita na casa daquele que vive do trabalho menos remunerado ou daquele que não sabe pelos seus próprios meios intelectuais viver em plena liberdade ou libertado.

Não poderei deixar de considerar como elementos fundamentais dum PMP o nível de vida, a qualidade de vida e o afastamento de quantos na Região, mourejando nos recônditos das ilhas maiores ou noutras ilhas pequenas, não têm luz, água, esgotos, comunicabilidade social, deslocação fácil, escola, hospital, distração, opção laboral, ocupação de tempos livres, etc., num crescendo cada vez maior de exigências legítimas quer para o cidadão, para o habitante da vila ou para o campónio.

Planear é aproximar os extractos sociais com medidas de política que desfaçam as disparida-

des de acesso às dotações urbanas. É também saber predispor o homem à produtividade e ao incentivo criador.

Não vemos estes objectivos ou metas clara e facilmente balisadas e projectadas no PMP.

Vemos por outro lado obras de grande investimento aliás de indiscutível interesse regional e desbloqueadora da inércia do desenvolvimento açoriano, mas inibidoras, entenda-se, pela sua carga financeira no todo orçamental até 1984, de todas as medidas sociais que libertam o homem para expandir a sua criatividade, iniciativa e assunção de riscos, tornando-se o motor real do aparelho produtivo e gerador de riqueza, para que o Estado (a Região neste caso) possa accionar uma justiça social moderna e na senda da doutrina social da Igreja consagrada nas encíclicas desde a *Populorum Progressio* à *Laborum Exercens*.

O PMP não quantifica efeitos e incidências económicas no sector privado. Também não elucida a Região quanto o povo açoriano, fica hipotecado no seu futuro e se vale a pena sacrificar as gerações imediatas às futuras.

Fundamentalmente a garantia disto mesmo, o efeito sócio-económico e popular das medidas, acontecerá como?

Ademais quem cobre o déficit orçamental do PMP e como?

O PMP é um Plano para mais três anos que nasce tardiamente e com um handicap orçamental de quase 50%.

Onde está o verdadeiro diagnóstico dos estrangulamentos regionais, a quantificação ou levantamento das potencialidades reais dos Açores e a análise da viabilidade dos grandes investimentos? É que todo o investimento viável produtivo e/ou não infraestrutural pode ser realizado mesmo que não haja disponibilidade orçamental porque a recorrência ao crédito é possível.

Também não há política demográfica.

Concordamos com a metodologia usada na feitura do PMP 1981-84 da qual destacámos a boa sistematização em linhas de acção, áreas de acção prioritária, metodologia de filosofia de desenvolvimento, as grandes opções do Plano, a maneira como são ditas as políticas sectoriais, a programação e a maneira como se explica o financiamento.

Nas linhas de acção a luta contra a inflação não aparece clara e não passa de uma preocupação evidente.

O aumento de investimento com vista a aumentar a riqueza e o emprego apesar de ser objectivo prioritário não está minimamente quantificado.

Não é significativa a contenção das despesas públicas nem a sua racionalização conduzirá tão cedo a este objectivo.

A redução da dependência energética é realmente uma meta objectiva evidente, mas nada ainda avalia que o que foi realizado até agora seja a garantia do melhor caminho tendo em conta as vicissitudes conhecidas e a cada vez menor qualidade da iluminação pública e de força motriz que temos.

Nas áreas de acção prioritária, dizer modernizar a economia açoriana e não fazer avançar programas realistas que a concretizem é o que se sente por enquanto neste Plano.

Quanto à política demográfica e o seu aspecto mais evidente, a valorização da família, não vemos até mesmo na política habitacional o seu enfrentamento.

Falar em desigualdades intra-regionais e não dar soluções a aspectos tão profundos como o problema da transportadora regional parece não ser a melhor atitude num Plano para mais três anos. Não será adiar por mais algum tempo, pelo menos, a solução deste gravíssimo assunto?

Estão realmente levantadas ou melhor equacionadas as potencialidades de todas as ilhas para promover já neste PMP o seu desenvolvimento efectivo e o objectivo? Elas, as ilhas, são conhecidas uma por uma mas não estão quantificadas e ao longo da análise sectorial não sobressai esta mesma preocupação cautelar.

Tão pouco estão levantados e resolvidos os estrangulamentos de cada ilha.

Quanto ao desenvolvimento integral e desenvolvimento harmónico são intenções sobretudo porquanto o primeiro não está suficientemente equacionado e o segundo está prejudicado pelos atrasos de umas ilhas em relação às outras.

Quanto à modernização do aparelho produtivo com vista à integração europeia, circunscreve-se ao esboço de modernização estrutural da agricultura com base no IFADAP, e muito cerimoniosamente o das pescas e indústria na perspectiva do SIII e do FEDER comunitário se for usado dentro de "acções comuns" antecipadas.

Quanto às grandes opções do Plano não duvidamos da sua bondade no que concerne à modernização da estrutura produtiva, em todos os seus sectores e ao propósito de estímulo ao investimento privado, da promoção da competitividade dos produtos agrícolas e industriais face à CEE e ocupação da ZEE, do aproveitamento racional dos recursos naturais, da aceleração da formação profissional e também da implantação de uma zona franca, pressupostamente em Santa Maria, como aqui já ouvimos dizer.

Na realidade a leitura que fazemos nos programas e projectos sectoriais iludem-me quanto à concreticidade de acções que levem às grandes soluções tão decisivamente consideradas como as Grandes Opções do Plano.

Quanto à cobertura do déficit orçamental,

repite, convergem as maiores dúvidas.

Uma análise sectorial permite-nos aprofundar as críticas acabadas de formular. Assim, distribuindo as verbas do PMP pelas quatro grandes áreas de investimento temos evidenciadas as razões das nossas anteriores objecções e das grandes preocupações que me assistem neste momento.

O povo açoriano carece de riqueza mas necessita sobretudo de bem estar e segurança. Os sectores sociais foram sub-contemplados, assim como os sectores produtivos em 33,4% que mais atingem o grosso da população açoriana.

O adiamento de parte dos investimentos infraestruturais que contam (35,8%) para o PMP de 85/88 ou mesmo no fim deste seria um imperativo de consciência e conteria a sangria e envelhecimento populacional que é o maior drama actual da Região.

Naturalmente este desvio verteria a favor do bem estar da população e numa perspectiva de incentivos à cada vez maior participação da população no aparelho produtivo moderno e compensador, dissipando-lhes o desejo de emigrar.

Mas como se pode exigir a fixação dos povos nos seus meios ambientes se lhes falta o mínimo de conforto e de satisfação das suas necessidades sociais? Enfim conter o feroz êxodo rural. Como?

Eis porque aprovar um Plano que contempla fortemente obras de investimento portuário ou aeroportuário sem que a rede de abastecimento de água ou eléctrica estejam completas, ou as escolas, não luxuosas, ou os terminais de saúde, etc., etc., tão apregoadas no contexto deste PMP tenham chegado ao mais anónimo açoriano é contra a minha consciência.

Haveria que fazer uma hierarquização de prioridades partindo de uma equação de forte carácter político: ou desenvolver as infraestruturas e condições de estabilidade do aparelho produtivo sacrificando o bem estar imediato das populações ou precisamente ao contrário, sem descurar o impulso que o investimento infraestrutural dá à iniciativa privada?

Optamos por esta segunda perspectiva da realidade açoriana.

O vector social terá que ter mais força.

A crítica objectiva aos programas e projectos sectoriais é um imperativo político da minha consciência sobretudo para deixar aqui a face positiva de que quem contesta deve enriquecer o objectivo em análise e também para ilustrar se possível devidamente a posição que já assumimos nas reuniões das Comissões, nas Comissões deste assunto.

Guardaremos para a discussão na especialidade a objectividade e o aprofundamento dessa crítica.

Agora abordaremos só alguns aspectos de maior incidência política para ilustrar a nossa

posição perante este documento.

Dentro do sector educação perguntaríamos: Por que não completar a rede escolar para o ensino básico primário se se pretende o combate eficaz ao analfabetismo, factor estrangulador do desenvolvimento e do progresso?

Onde estão as acções reais de implementação de uma tecnologia educativa que leve ao maior rendimento pedagógico em ordem ao quadro de realidade onde se vive e a evolução que se pretende para a Região?

Porquê se outras ilhas têm as suas estruturas insipientes e inoperativas?

Ainda se houvesse disponibilidades financeiras para o efeito? Teríamos tudo, seria um paraíso aquele onde iríamos viver dentro de 3 anos.

Quem dera ver hospitais luxuosos ou do mais elevado conforto em todas as ilhas e concelhos e mesmo em freguesias populosas pensando que os doentes precisam mais do que nós.

Porquê não implementar as acções culturais aliás todas as acções previstas nos projectos (vide pág. 64 do PMP)?

Será por já estar tudo feito no PMP 1977/80?

Todos sabemos e sentimos que não.

De facto as acções de apoio a promoção cultural não se traduzem só por numerário mais ou menos avultado e fácil neste PMP que até nem é pensando a sério na matéria mas como e onde aplicá-lo também.

Os 116 mil contos absorvidos na maioria dos casos pelas filarmónicas, aliás bem carecidas, mas demasiado estereotipadas para o tipo de cultura criativa, espontânea, popular no seu sentido mais amplo, não satisfaz o quanto é necessário para encher o espaço recreativo do nosso povo. As acções visando as artes, variadíssimas felizmente, que não sejam a polifonia, não estão contempladas.

O povo açoriano terá que ocupar o seu tempo livre na taberna, no café, no cinema, no futebol, na esquina, etc., mas não usando o seu poder recreativo. Porquê?

Julgo que os programas e/ou alguns projectos de outros programas que aliás me agradam nomeadamente nº 42, nº 44, nº 45 e o nº 39 a verba da Estalagem da Serreta, só neste conjunto, daria uma disponibilidade se fossem adiados por 3 anos para o PMP da ordem dos dois milhões de contos, verba suficiente para arrumar de uma vez por todas, o investimento nas áreas mais carenciadas ainda da Educação e Cultura e avançar fortemente na Saúde, Segurança Social e Agricultura e Pescas e mesmo Turismo, sobretudo pelo seu programa nº 40.

Porquê não acelerar o programa nº 2 e mesmo o programa nº 1 (programa nº 2 construções escolares para os ensinos preparatório, secundário e normal e o programa nº 1 construções escolares

para o ensino primário) que são complementos ou determinantes mesmo fundamentais da evolução dos povos, sem os quais a desejada promoção tecnológica é impossível?

No sector tão carecido da saúde, atingimos o cinzento da dúvida.

Porquê construir um hospital da dimensão deste da Horta quando a população por mais que cresça ficará aquém da sua oferta (é preciso ter coragem) e a própria ilha tem carências de outra ordem de muito maior eminência?

E o desporto, esse tão esquecido componente de equilíbrio social? Nada mesmo foi contemplado? Será que os governantes vieram do berço para a governação em passarem pelo encanto gimnodesportivo?

Não acredito, pois conheço alguns e se calhar os menos novos (estou a ver um) que até arrancam para a prática desportivo todos os sábados.

Foi esquecimento de certeza. Não quero pensar outra coisa.

O desporto é tão importante como a saúde como a cultura se entendermos a sua interligação.

Temos uma sociedade fisicamente débil porque desconhece a virtude do desporto. Não nós olhemos ao espelho.

Em 51 programas e 78 projectos com centenas de acções, nem uma atenção ao desporto como ocupação de tempos livres ou de componente importante na saúde de um povo.

O programa nº 5 com três projectos e estruturas desportivas para as três velhas cidades só mostra que a política do desporto não existe, não foi considerada melhor.

Quando se diz "estudar a criação de estímulos à mobilidade geográfica" e "promover acções de formação profissional com carácter de regularidade nas diversas ilhas do arquipélago de acordo com as necessidades reveladas por cada uma" está-se a por o dedo na verdadeira ferida regional, despovoamento, envelhecimento e desqualificação da população, resultante da emigração e da repulsão demográfica rural.

Mas as soluções preconizadas não têm suficiência apesar dos sete projectos de formação profissional.

As estatísticas oficiais revelam desemprego da ordem dos 3%, mas o sub-emprego a quanto monta?

E as milhares e milhares de mulheres ou senhoras como quiserem interpretar, cujo emprego é o gasto do tempo nas lides da casa, quantas vezes com forte tónica servil?

E os jovens, que dispõem duma enorme força de trabalho mesmo em parte das suas férias? E que as férias do estudante não têm que ser necessariamente dormida, mar e futilidade. É perguntar-lhes. E ver o que se passa nos países

desenvolvidos.

Também não vemos a correcta moralização do seguro de emprego. Quantos cidadãos menos conscientes não estarão a viver desse fundo sem fundo.

Não posso deixar de concluir que o desemprego é a nossa actual chaga social e que gera de variadíssimas maneiras a improdutividade que está a pôr em causa a vida açoriana.

A calamidade das nossas habitações é uma ofensa à nossa qualidade de cristãos. A maior parte da população ainda habita subdesenvolvidamente. A promiscuidade abunda nas cidades e nos arredores. A habitação rural é demasiado indospita. E entrar na casa deles, dos nossos amigos.

Espanta-nos a pouquíssima dotação do Plano quando se pretende desenvolver o sector agro-pecuário e não se vêem perspectivadas as grandes soluções para o sector primário desde o quase ausente fomento cerealífero à ausência duma política de reestruturação agrária que podemos também chamar de reforma agrária que reequilibre o aparelho produtivo e garanta a auto-subsistência alimentar pelo menos.

Modernizar a agricultura e desprezar um possível plano de rega e outros cujas disponibilidades hídricas correm para o mar é acomodismo técnico que não aceito. A minha alqueijoa tem outras verdades.

Que medo existe de avançar com uma política de ordenamento agrário onde cada cultura tenha o seu lugar no quadro produtivo? A floresta na montanha, a pastagem no seu habitat próprio, a cultura anual nas zonas baixas e planas, etc..

Presidente: Sr. Deputado, é para informar que sobram 2 minutos de tempo regimental.

O Orador: Descontando esta parte, concerteza! (Risos)

Entretanto vão-se agravando ramos importantes da economia regional, nomeadamente a pecuária, a cerealicultura e a fruticultura, etc.. Por outro lado avançam a degradação das terras, o desequilíbrio ecológico, a improdutividade do sector e a degradação relativa do nível de vida do camponês.

Vislumbra-se a intenção da intensificação industrial mas demasiado cerimoniosa.

Parece que o PMP não quer lançar a Região no sentido de uma das suas três riquezas principais. Uma em crise (a pecuária), outra em atraso (a pesca) e finalmente outra que não começou (o turismo).

Concluo que por mais três anos na perspectiva do Governo Regional não se arrancará fortemente para o turismo açoriano.

Todos os empreendimentos previstos nos transportes são necessários, repito e confirmo as ansiedades aqui desenvolvidas, ao desenvolvi-

mento e ao bem estar do açoriano mas dada a crise económica que atingiu o País e consequentemente a Região deveriam ser adiados para o próximo PMP em favor de outros sectores prioritários nomeadamente os sociais e produtivos que aqui desenvolvi.

Quanto à questão da transportadora aérea regional estranhámos o adiamento de uma solução de fundo e agora mais do que nunca pelo exemplo que nos dá a Região Autónoma da Madeira.

Concluindo, há omissões e distorções neste Plano a Médio Prazo em ordem à meta do desenvolvimento e da justiça social que o desvalorizam e que o sentenciam a uma falta de bondade e de objectividade social penalizando-o em vez de o engrandecerem, como seria desejo de todos os açorianos.

Disse.

Presidente: Srs. Deputados, realmente o Sr. Deputado Fernando Monteiro cumpriu rigorosamente aos segundos, uma vez que tomei em consideração a sua sugestão de descontar aquele período de advertência. Cumpriu realmente o seu tempo regimental, e chegamos ao fim do tempo regimental também.

Vamos, pois, por hoje, pôr termo aos nossos trabalhos.

Estaremos aqui amanhã às 3 horas da tarde.

Por uma questão de prudência, teremos na ordem do dia a continuação da apreciação do Plano a Médio Prazo e se o tempo nos restar, a apreciação do Plano e do Orçamento para 1982.

Estão por hoje encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite.

Eram 20.00 horas.

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Borges de Carvalho, David Santos, José António Melo, Renato Moura).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Alvarino Pinheiro, Mário Freitas, Manuel Valadão, Vasco Garcia; PS - António Fraga, Avelino Rodrigues, Luísa Brasil).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Requerimento

Segundo informações colhidas junto do Engº Germano Domingos e do desejo expresso das autarquias sediadas no Concelho das Lages do Pico, existe no Governo Regional um ante-projecto da construção de um quebra-mar de protecção à Vila das Lages do Pico.

As razões justificativas da execução de tal empreendimento merecem-nos a maior abertura; consideramo-la de importância relevante, não só para a protecção daquela Vila, como também, e acima de tudo, para a sua abertura ao turismo, que já neste momento é prometedor.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, requero à Presidência do Governo Regional as seguintes informações:

1 - O ante-projecto acima referido existe realmente nalgumas das Secretarias do Governo Regional?

2 - Se não existe, estará disposto a adquiri-lo junto daquele antigo membro do Governo, e consequentemente a estudá-lo, projectá-lo e executá-lo?

3 - Não seria oportuno pôr em marcha já tal empreendimento, tendo em conta a permanência na Ilha do Pico da empresa Tecnovia?

Horta, Sala das Sessões, 26 de Novembro de 1981.

O Deputado: Manuel Emilio do Porto.

Requerimento

Considerando que o número de oftalmologistas na Região não atinge a dezena o que está muito abaixo do desejável e que há ilhas sem esta classe profissional;

Considerando que existem na Região alguns técnicos optometristas e ópticos montadores diplomados e previstos na classificação Nacional das Profissões do M.T. possuidores de equipamentos de maior actualidade em ilhas em que não existem oftalmologistas;

Considerando que a maioria do povo açoriano recorre à prótese ocular para correcção de variados fenómenos de refacção visual e outros, fora do campo da oftalmologia;

Considerando que as populações das ilhas da Santa Maria, Faial, Pico, S. Jorge, Graciosa e Flores, para fazerem exame visual, tratamento e aplicação de próteses têm que se deslocar às ilhas Terceira e S. Miguel;

Considerando que este facto representa não só prejuízo para 40 ou 50% da população que se desloca para os referidos centros privilegiados e aí aguardam dias preciosos e horas enfadonhas nas bichas dos oftalmologistas e que algumas ilhas podem facilmente, superar a deficiência com o funcionamento de consultórios da competência de optometristas e/ou técnicos de óptica;

Considerando finalmente que assim também seria bastante mais económico para os organismos assistenciais da Região, sem prejuízo do necessário controlo por estes da actividade dos referidos consultórios;

Nestes termos: "

Ao abrigo da alínea j) do artigo 5º e de outras disposições regimentais aplicáveis requero a V. Exª que providencie no sentido de me serem facultadas, pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, as seguintes informações:

1º - Porque não utilizar a bem do povo açoriano todos os profissionais diplomados em ordem a levar a cabo o necessário rastreio visual?

2º - Porquê os Serviços Médico Sociais da SARS não accionam as disponibilidades existentes em cada ilha de optometria e montadores para execução de próteses e outros desde que não necessitem da especialidade oftalmológica?

3º - Porque não é facultada a quem se oferecer gratuitamente para executar o rastreio visual desde que se apresentem com a devida idoneidade profissional?

Horta, 25 de Novembro de 1981.

O Deputado pelo CDS: Fernando Monteiro.

Requerimento

Considerando que as estruturas de apoio aos circuitos comerciais na Ilha do Faial, nomeadamente a Casa de Matança e o armazém frigorífico não estão edificados conforme o PMP de 1977/80 previa e cada vez mais se vai sentindo a urgência da sua concretização;

Considerando a Casa de Matança uma estrutura poluente que não deverá ficar integrada numa área habitacional e que se prevê no Plano de Urbanização da cidade da Horta a zona industrial na área que se desenvolve desde a Canada dos Arrendamentos para Oeste da cidade;

Considerando que a escolha da localização para a construção da Casa da Matança passa pelos condicionamentos atrás equacionados e conforme é do conhecimento público nesta ilha decorrem negociações na SRCI para aquisição de uma fábrica de licores e doçaria, sita em zona habitacional;

Considerando que os factos apontados a acontecerem tal como as notícias nos chegaram tendo em conta não só a urgência da concretização das estruturas pela falta que fazem à população da ilha como a necessidade de receber da fonte própria, a SRCI a informação mais correcta sobre o assunto;

Ao abrigo da alínea j) do artigo 5º e de outras disposições regimentais aplicáveis requero a V. Exª que providencie no sentido de me serem facultadas, pela Secretaria Regional do Comércio e Indústria, as seguintes informações:

1º - Em que situação se encontra o projecto de construção da Casa de Matança do Faial e qual a sua previsível localização?

2º - Em que posição se encontra o projecto de construção do armazém frigorífico da Horta, prevista no PMP 77/80 e onde se vai situar?

3º - Estará totalmente inviabilizada económica e financeiramente a fábrica de licores e doçaria que tanta falta faz ao parque industrial faialense se for repensada a sua reactivação por nova empresa, no quadro dos propósitos de fomento industrial da SRCI?

Horta, 25 de Novembro de 1981.

O Deputado pelo CDS: Fernando Monteiro.

Parecer da Comissão Permanente de Organização e Legislação:

A Comissão Permanente de Organização e Legislação reunida numa das salas da Assembleia Regional, na cidade da Horta, pelas 10 horas do dia 25 de Novembro de 1981, para dar parecer sobre a verificação de poderes do Deputado José António Rodrigues de Melo do Partido Social Democrata, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 28º do Regimento da Assembleia Regional, emite o seguinte parecer:

"Examinada a elegibilidade do candidato eleito é de o considerar elegível, pelo que se declaram verificados os respectivos poderes".

Horta, 25 de Novembro de 1981.

O Presidente: Carlos Teixeira.

O Relator: Fernando Dutra.

O Redactor de 2ª classe: Eduardo Elias da Silva.